

# EM TEMPO!

Por motivos de ordem técnica somos obrigados a não utilizar nossa tradicional cor vermelha na capa do EM TEMPO desta edição.

Quinzenário Nacional • ANO III • Nº 113 • 28 de agosto a 10 de setembro de 1980 • Cr\$ 30,00

## TERRORISMO

Porque o governo-convive há mais de dois meses com a onda atual de atentados

Pág.20



## DEMOCRACIA PROLETÁRIA X DITADURA DOS BUROCRATAS

O que está em jogo nos acontecimentos atualmente em curso na Polônia é muito mais do que a conquista de melhores condições de vida pelos trabalhadores. Na verdade, enfrentando o Estado burocratizado, o que eles buscam é a construção da democracia socialista

Págs. 8 a 11

*A Reforma Agrária em debate*

Pág.7

**PT**  
*Toda força na legalização*

Pág.2

*Joaquinzão A verdadeira história de um pelego*

Pág.3

# Campanha pela legalização

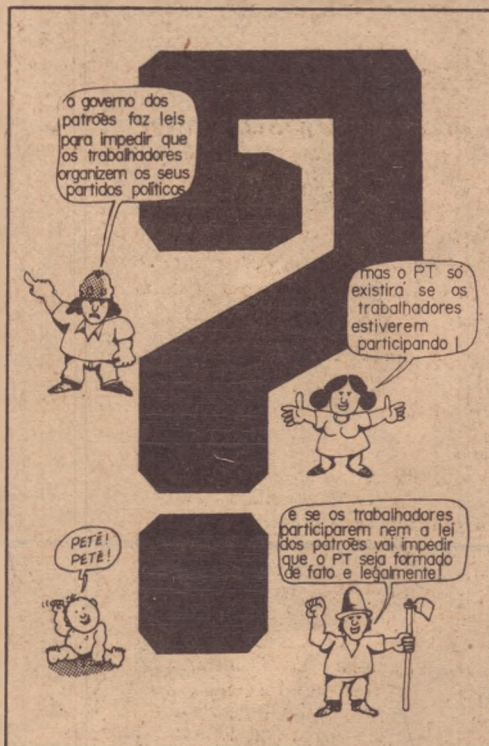
Até o final de setembro a direção do PT pretende ter tudo pronto para dar entrada no pedido de registro do partido junto ao TSE. Aqui, os trechos principais da nota à imprensa distribuída pela direção a final de sua última reunião, nos dias 16 e 17 passados, onde se esboça a campanha pela legalização do PT e outras tarefas do momento.

Uma ampla campanha nacional pela organização dos trabalhadores, que deverá mobilizar todos os militantes e organismos do PT, foi a principal decisão política da Reunião da Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores, que se realizou neste fim de semana em São Paulo (16 e 17 de agosto). No plano organizativo, aprovou-se a imediata campanha nacional pelo registro do PT no Tribunal Superior Eleitoral.

A reunião dos membros da Comissão Nacional, contou também, com a presença de representantes do PT em 19 Estados, no Distrito Federal e no Território de Rondônia; estiveram ausentes os representantes do PT de Mato Grosso, Sergipe e Alagoas.

A primeira parte da reunião consistiu no balanço organizativo do Partido dos Trabalhadores em todo o país. Pelo relato dos representantes das Comissões Regionais, verificou-se que, neste momento, o PT já está pronto em 4 Estados: Acre, Amazonas, Ceará e Mato Grosso do Sul; e até o final de setembro, deverá estar constituído em praticamente todos os Estados do país.

A Comissão Nacional confirmou o prazo de 15 de setembro para receber, de todas as Regionais, a documentação necessária para solicitação do registro provisório do TSE; todavia, dado o



enorme volume de papéis exigidos pelo TSE, estima-se que o PT poderá entrar com o pedido de registro provisório no final de setembro ou nos primeiros dias de outubro.

Para conseguir esse intento, a Reunião da Comissão Diretora Nacional Provisória do PT aprovou, como tarefa organizativa prioritária, neste momento, a Campanha pelo Registro do PT, que deverá ser acionada em todos os Estados e Municípios, com a aceleração do processo de constituição das Comissões Municipais (e Distritais ou Zonais, quando for o caso), em todo o país.

A Reunião da Comissão Nacional também aprovou os relatórios de implantação e atividades da Secretaria Geral, das Secretarias de Finanças, de Organização e de Imprensa e Propaganda, e da Comissão de Registro do PT.

Na segunda parte da Reunião, a Comissão Nacional do PT, ampliada com os representantes regionais, fez uma demorada análise do momento político nacional, tendo tomado as seguintes decisões que implementam a Resolução Política de Taboão da Serra, de 2/3 de julho, em cumprimento do Programa aprovado no Encontro Nacional de maio junho:

1. Deflagar em todo o país, com ampla

mobilização dos militantes e dos órgãos partidários, uma Campanha pela Organização dos Trabalhadores, que deverá desdobrar-se em 3 aspectos: a) Liberdade de Organização Partidária (contra a Lei de Segurança Nacional, contra a Lei Orgânica dos Partidos, etc.); b) Liberdade de Organização Sindical (contra a Lei de greve, contra os dispositivos da CLT, etc.) e c) Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores.

Essa Campanha - cujo detalhamento será definido pela Comissão Executiva Nacional do Partido - deverá iniciar-se no começo de outubro, assim que o pedido de registro provisório do PT tiver entrado no TSE.

2. Deflagar, no interior do Partido, um amplo processo de debate sobre o momento político, tendo como tema principal as tarefas e lutas democráticas imediatas, contando-se aí, entre outras, as questões das eleições, da repressão, da Constituinte, etc.

A Reunião da Comissão Diretora Nacional Provisória do PT também aprovou outras resoluções, como o repúdio à visita do general Videla, da Argentina; a exigência de eleições gerais no país, inclusive as eleições municipais deste ano, e a realização de manifestações em todo o país contra os atentados fascistas e repressivos.

## Notícias do PT

### São Paulo Tirando o atraso

Para tirar o atraso que o processo de legalização do partido vinha encontrando no seu Estado berço, São Paulo, a direção regional resolveu recentemente lançar-se de corpo e alma na tarefa. Para tal, depois de muita discussão no interior da Comissão - com o secretário geral do PT no Estado, Osmar Mendonça, chegando a anunciar sua demissão do cargo em virtude da saravada de críticas recebidas pela sua responsabilidade no atraso - resolveu-se criar um Comando Especial para a Legalização. Um plantão permanente foi agora montado na Assembléia Legislativa - fone: 288.3322, ramais 863, 864 e 865 - para coordenar todo o trabalho dos mutirões que a todo instante partem para o interior do Estado com vistas a agilizar a papelada e a tirada de comissões municipais. Para qualquer esclarecimento ou auxílio necessário nesta tarefa os núcleos devem recorrer ao Comando.

### Zona Sul elege Comissões Distritais

Na capital paulista, onde existem 23 zonas eleitorais e 56 distritos, até agora já foram eleitas seis Comissões Zonais Provisórias, as quais, para efeito legal, equivalem a um município. Mas ao mesmo tempo já estão se dando as eleições também das Comissões Distritais Provisórias que são os embriões dos futuros diretórios do partido na capital.

Sábado último, dia 23, o Partido dos Trabalhadores deu mais um passo rumo ao crescimento de sua organização e legalização, elegendo na Zona Sul de São Paulo as suas Comissões Distritais Provisórias, que naquela região são em número de três.

As discussões sobre o significado e necessidade destas eleições para o PT - que é o único partido, mesmo entre os de oposição, que está ele-

gendo as suas Comissões e não indicando-as de cima para baixo - iniciou-se nos encontros semanais da Internúcleos regional, que se reúne aos sábados na sede do PT em Santo Amaro, e dali foi levada para as dezenas de núcleos existentes na região.

Depois de aproximadamente um mês de iniciado o processo de discussão, tempo considerado curto pela maioria dos militantes, as chapas para os Distritos de Santo Amaro, Capela do Socorro e Parelheiros deveriam estar prontas para as eleições. Principalmente por isso, nem todas as chapas puderam ser compostas através de uma plenária de militantes - a forma ideal por ser mais democrática e que fora também a sugerida pela direção do partido.

Apenas em Parelheiros essa dinâmica foi seguida, com os militantes dos núcleos existentes na região realizando uma plenária no dia 9 de agosto onde, depois de uma discussão sobre o papel e as tarefas da Comissão Distrital, a necessidade de maior divulgação e implantação do PT naquele distrito e a formulação de um plano inicial de trabalho para os bairros que o compõem, foram indicados os nomes que formariam a chapa. Nos dois outros distritos as chapas foram formadas por indicação individual dos núcleos.

O debate sobre o processo de legalização do PT e o seu significado, assim como sobre o papel político que cabe a estas Comissões Provisórias, ou como se dará seu relacionamento com a Internúcleos - que seguirá funcionando - e com os núcleos não chegou ainda a uma conclusão. Também não se conseguiu formular previamente um plano de trabalho conjunto das três Distritais, embora todos tenham se manifestado sensibilizados para a necessidade de se ampliarem as discussões em torno destas questões.

Um dado animador e ponto positivo no processo eleitoral foi o número de eleitores que legitimaram as três chapas únicas indicadas.

Mais da metade dos militantes inscritos nos núcleos da região compareceram.

E é este o espírito predominante. A perspectiva é de que agora, num esforço conjunto se discutam todas as questões e que o PT se fortaleça na região.

Na segunda-feira, Santo Amaro que é ao mesmo tempo Distrital e Zonal, formalizou a sua Comissão e Parelheiros e Capela do Socorro que compõem a outra Zonal da região escolheram os seus representantes. (Elvira de Oliveira)

### Guaianazes e Itaquera tiram suas Zonais

No próximo dia 30, às 15 horas, no salão paroquial da igreja de São Mateus (entrar na altura do n.º 2.000 da avenida Mateu Bei) será a vez da região de Guaianazes e Itaquera, também da capital paulista, elegerem a sua Comissão Zonal Provisória.

### Alvorada/RS Chá beneficente

O núcleo do PT de Alvorada, no interior gaúcho, vai promover sábado, dia 30, um chá beneficente acompanhado de show musical com letras criadas pelos próprios militantes, em prol da organização do partido no município. O evento será realizado no Centro Comunitário Piratini que fica na Vila Paço das Figueiras na própria cidade.

### Natal/RN Encontro Municipal

Será realizado no próximo dia 31 de agosto o I Encontro de Militan-

tes do PT de Natal, capital do Rio Grande do Norte. O acontecimento será na Câmara Municipal e terá início às 8 hs da manhã, tendo pela frente a seguinte pauta de discussão: 1) Relação PT/entidades; 2) Bandeiras políticas do PT; 3) Organização e legalização do partido; 4) Escolha da Comissão Municipal Provisória. O temário do Encontro já está sendo debatido a nível dos vários núcleos da capital. A sede local do PT fica na Rua Antônio Basílio 1108, no bairro Dix-Sept Rosado, 59.000, Natal, RN.

### Belo Horizonte Plano de Ação Municipal

"Queremos eleições livres e diretas para prefeito na Capital. Vamos mostrar o que é a Prefeitura, o que uma prefeitura pode fazer de bom quando ela está na mão do povo. Vamos mostrar o que é a Câmara dos Vereadores e o que pode fazer um vereador sério e honesto, ligado ao povo."

Este é o centro do Plano de Ação Municipal, aprovado por aclamação, no II Encontro Municipal do PT de Belo Horizonte, dia 23 de agosto. A falta de um Plano de Ação vinha sendo o grande problema do PT de BH uma vez que o I Encontro elegeu uma Comissão Municipal Coordenadora e as Zonais, mas não tirou nenhuma definição de um trabalho político unificado na cidade.

Daí a importância das discussões: o PT de BH saiu agora deste II Encontro para jogar todos os seus militantes no trabalho. E a proposta é a seguinte:

- vamos listar os "problemas" que o povo vive: transporte; saúde; vio-

lência; desrespeito aos direitos humanos; moradia e favelas e desfavorecimento; poluição; falta de escola; custo de vida, tudo, enfim, como impostos caros, serviços públicos pelos quais se paga e que não são realizados;

- então, essa campanha ou a fase inicial do PLANO DE AÇÃO, pode ser programada para um período, por exemplo, de 12 meses, embora a gente saiba que a luta é permanente. Vamos dizer, por exemplo, que a campanha pode começar assim:

1.º mês:

O que é a Prefeitura? Orçamento municipal: como é gasto o dinheiro público? Quais as obras realizadas? Que bairros são atendidos? Começa a campanha: estudo feito, as denúncias prontas, marca-se uma coletiva de imprensa, se faz a denúncia, os conferencistas partem para as ZONAS, desafiamos administradores da PREFEITURA e o prefeito para debates públicos. VAMOS MOSTRAR A PREFEITURA por dentro.

2.º mês:

O que é a Câmara Municipal? Que projetos faz? Projetos de nomes de ruas, isso tem importância? Nenhum. Mas porque não são feitos projetos de interesse popular? Que ligações têm os vereadores e os prefeitos, os vereadores e interesses empresariais, etc? Denúncias. Vamos levar o PT à Câmara Municipal,

para frequentar reuniões. Em cada bairro, vamos propor debates públicos com os vereadores. Imprensa em cima.

3.º mês:

A Prefeitura tem as terras onde estão as favelas. Por que não legaliza a posse dos favelados? Por que o Antônio Luciano tem 110 mil lotes dentro de BH? Por que existe o monopólio da terra urbana? Quem paga o imposto da terra? Vamos às favelas. Fazemos um projeto, levamos à Câmara, apresentamos à imprensa. Denúncia, etc.

E assim por diante, abordando transportes, mordomias municipais, impostos públicos, alimentação e proteção ao consumidor e tudo mais que faz parte do cotidiano de problemas do povo.

A este eixo central foram acrescentados mais duas propostas: que o PT encampe a luta pelas eleições diretas em 80, juntamente com os outros partidos de oposição e entidades democráticas, através de um plebiscito e um Ato Público no dia 15 de novembro.

E, finalmente, que o PT de BH participe de maneira ativa na Campanha contra o Terrorismo, que o Comitê de Solidariedade aos Movimentos Populares vem encaminhando.

O Encontro aprovou ainda, por aclamação, uma nota em solidariedade à luta dos trabalhadores poloneses (ver abaixo).

### PT-BH apóia proletariado polonês

A nota aclamada no Encontro Municipal de Belo Horizonte

Têm sido explorados com grande alarde no Brasil, nos últimos dias, os acontecimentos na Polônia. Aqueles mesmos que reprimiram e apoiaram a ação da polícia contra os trabalhadores do ABC agora, hipocritamente pretendem manifestar simpatias pela greve dos operários poloneses.

Somente aqueles que lutam pelos direitos dos trabalhadores no Brasil, por um sindicato livre do controle do estado, pelo direito de greve e contra a exploração e a opressão tem o direito de manifestar de maneira séria e honesta seu apoio à luta dos trabalhadores na Polónia.

Identificado com a luta dos proletários em todo o mundo, o PT se solidariza plenamente com os trabalhadores poloneses em sua luta por melhores salários, pelo direito de greve, por um sindicato livre de qualquer controle ou intervenção governamental.

São Paulo

# Reunificação da Oposição Metalúrgica

O lançamento do Movimento de Oposição pela Reconquista do Sindicato

Por Regis Moraes



As diversas correntes de oposição dos metalúrgicos de São Paulo lançaram, no domingo 17 de agosto, o Movimento de Oposição pela Reconquista do Sindicato, uma frente que visa libertar sua entidade da intervenção indireta representada pela diretoria chefiada por Joaquim dos Santos Andrade, o superpelelo Joaquinzão (veja matéria abaixo). O acontecimento contou com a presença de várias "gerações" opositoras, desde a oposição histórica (à qual já pertencem Waldemar Rossi e Raimundo Moreira), passando pela geração - 78, que surgiu à luz do dia com a Chapa - 3 (Helio Bombardi, Fernando O. Anisio Batista, etc.), deputados, como Aurélio Peres e Irma Passoni, a imprensa alternativa, etc.

## Homenagem a Santo Dias

A abertura do ato foi uma homenagem a Santo Dias da Silva, militante da Oposição assassinado pela polícia na última greve. Em seguida, Waldemar Rossi acentuou os objetivos do movimento. Afirmando que o Sindicato dos Metalúrgicos de SP encontra-se em estado de intervenção permanente do governo, uma vez que não pôde nunca escolher sua própria estrutura. Lembrou que, de 1964 em diante, a intervenção se tornou "direta", com a cassação da diretoria eleita e a imposição de nomes que, em grande parte, fizeram carreira e estão à testa da atual administração. Na opinião de Rossi, dois fatores teriam determinado essa vitória passageira da burguesia sobre o operariado. Em primeiro lugar, ele recorda a origem camponesa do proletariado brasileiro, recentemente chegado à vida da fábrica, o que corta pela metade suas experiências de luta, organização e consciência. Ao lado dessa situação objetiva, Rossi destaca a atuação "eficiente" do peleguismo e de várias linhas do movimento sindical, que desestimulam os trabalhadores a ocupar a direção de seu movimento, transformando-os em instrumento da direção sindical e do governo ao invés de fazer do sindicato um instrumento dos trabalhadores. Por isso, a seu ver, o papel da Oposição é principalmente estimular o nascimento da consciência da "base", para que ela assuma diretamente a direção do movimento. Nesse sentido, lança-se uma campanha de "sindicalização e conscientização" visando fortalecer o sindicato e transformá-lo. A fala de Rossi termina lançando um apelo ao apoio dos "companheiros conscientes e das outras entidades que compreendam o papel histórico da luta operária".

## Preparar as regionais

A seguir, representantes dos vários setores regionais do movimento fizeram um balanço de seus trabalhos e resultados. Todos eles lembraram a campanha de sindicalização maciça e a vinculação entre a luta dos operários nas fábricas e as lutas e movimentos populares surgidos nos bairros periféricos. Enfatizou-se também a idéia de basear o movimento em núcleos e grupos de base, eleição de coordenações regionais de uma coordenação central. Foram ainda anunciadas algumas promoções das regionais. O setor da Moóca, depois do lançamento regional, que contou com a presença de Lula, vai promover um show para arrecadação de fundos e propaganda do movimento, na Paróquia de Vila Alpina.

A Pastoral Operária (setor de Sapopemba) por sua vez anunciou que se realizará, no dia 23/8, às 19 horas, no Salão do Jardim Eva, uma assembléia de trabalhadores da região (empregados no ABC e em SP), para discutir um encaminhamento conjunto da campanha pelo reajuste do 2.º semestre.

## O inimigo não é só o pelego

Além dos operários, falaram os deputados Aurélio Peres e Irma Passoni. O discurso mais político e mais aplaudido, porém, coube ao representante do Sindicato dos Vidreiros, que depois de colocar sua entidade à disposição da luta, lembrou que se deve combater não apenas os pelegos, mas o próprio regime e a exploração do homem pelo homem, que "não ocorre apenas nos últimos 16 anos, no Brasil". Continuou pregando a necessidade de uma política dos operários também contra os latifúndios, ao lado dos posseiros e trabalhadores rurais, índios, etc.

O ato termina. O trabalho continua. O domingo ainda vai até altas horas da noite, para os militantes das oposições que se distribuem pelos seus bairros, em reuniões e encontros que tecem, lenta e pacientemente, o fio sutil e difícil, mas forte e esperançoso, da história operária.

## A verdadeira história de Joaquinzão e sua turma

Joaquinzão, o maior pelego da América do Sul, tenta embelezar sua imagem para enfrentar a campanha salarial deste segundo semestre e as eleições sindicais do próximo ano. O último número do jornal *O Metalúrgico*, órgão oficial do Sindicato paulista, é uma verdadeira obra promocional da campanha que o pelego começa a por em curso. Aqui, um pouco da história real deste que já é um personagem do movimento sindical brasileiro (R.M.)

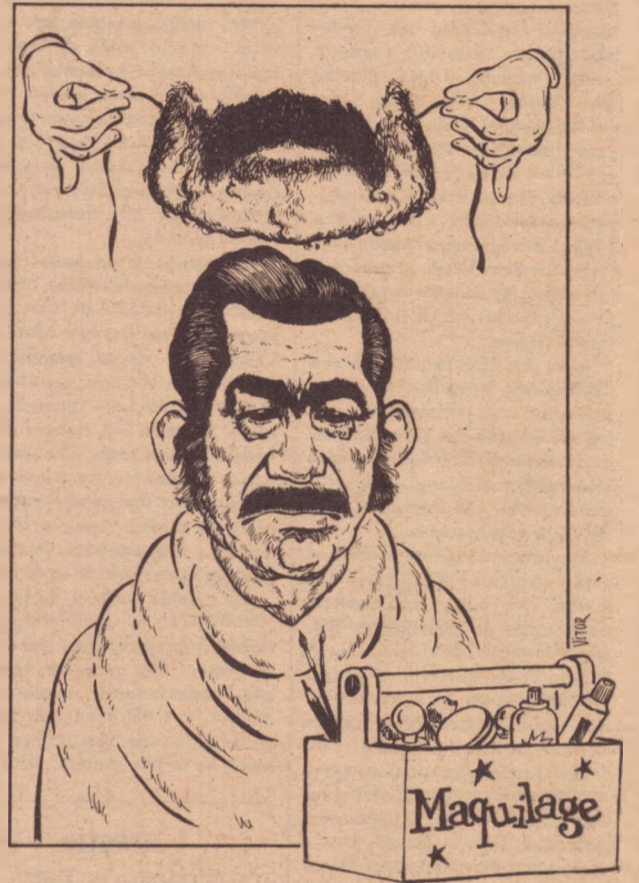
O "maior sindicato da América do Sul" - o dos metalúrgicos de SP - cobre hoje uma base de 350 mil trabalhadores, distribuídos pelas 13 mil indústrias da capital. Os associados somam cerca de 70 mil. A entidade dispõe de 480 funcionários, 68 médicos, 32 advogados. De sua receita, Cr\$ 165 milhões vêm do Imposto Sindical, 119 milhões de processos e homologações e apenas 25 milhões são provenientes de mensalidades. Esses dados são citados orgulhosamente pelos seus diretores, numa reportagem de março/80 para a *Gazeta Mercantil* com o anúncio de uma sensacional cartada política: a contratação de uma "assessoria técnica" que, munida da "radiografia das empresas", orientaria uma política de formação de comissões de fábrica e delegados sindicais. Pois bem, esse imenso império proletário está nas mãos de uma equipe que há 16 anos se encastelou na entidade, liderada por uma das figuras clássicas do peleguismo brasileiro: Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão". Uma equipe exemplar, seja pelo controle que tem sobre esse sindicato estratégico (para onde forem as campanhas dos metalúrgicos vão as das outras categorias) seja pelo fato de que ela forneceu os elementos que iriam "domesticar" sindicatos metalúrgicos de outras cidades.

Em 1963, eles formavam a chamada "oposição democrática", derrotada pelas urnas pela chapa encabeçada por Alfonso Delelis. Em 1964, os militares cassaram Delelis e sua equipe. Um clima de terror, perseguição de centenas de delegados sindicais de fábrica, cassação de diretores acusados de comunistas, acompanhamento a decretação de intervenção formal do Ministério do Trabalho. Contudo, o governo militar procura atrair membros das próprias categorias atingidas para fazer parte das juntas interventoras, como um meio de evitar o confronto direto com os operários, que vieram com desconfiança o seu sindicato ocupado por "gente estranha a classe". A turma do Joaquim fornece esses elementos: ele próprio é interventor em Guarulhos; em São Bernardo fica Clemitres Guedes da Silva; Bernardino Testa em São Caetano; Luiz

Camargo em Osasco; Isalino Canavezzi em Sorocaba; Orlando Malvezzi, Hermeto Dantas, Guilherme Paro e João Vicente em São Paulo (assessorando Breno Machado de Oliveira, funcionário da DRT). A posição de interventor "queima" esses elementos diante da categoria. Para contornar isso, na campanha salarial de 1964, Joaquim e outros pelegos se reúnem com os ministros do Planejamento, do Trabalho, Fazenda e Justiça, no Othon Palace Hotel e armam uma grande targa. Os metalúrgicos obtêm um pouco mais que o índice oficial, prestigiando os interventores e amaciando a desconfiança da categoria. Desse modo, em 1965, quase todos eles voltam à vida sindical da capital e formam uma chapa para as eleições. Não entram Guilherme Paro e Clemitres, este último fazendo parte da chapa de Joaquim só em 1978. Por outro lado, os interventores contam com a adesão de uma parte de antigos adversários, como Otávio Siqueira e Waldemar Ferreira, ligados a Remo Forli, presidente do Sindicato até 1963. A chapa é única, mesmo porque os possíveis opositores nunca poderiam passar pelo crivo do DOPS (atestado ideológico) e muitos estavam desempregados, foragidos ou apavorados e tentando reconstruir suas vidas.

## A oposição

Novas eleições são realizadas em 1967 (naquela época, eram bienais). Nessa ocasião, surge uma chapa opositora, não muito apreciada pela "esquerda oficial", por ter muitos representantes do catolicismo progressista (caso de Waldemar Rossi, da Ação Católica Operária, por exemplo). A esquerda oficial apostou mais numa divisão da diretoria pelega. A chapa de oposição reúne nomes como Rossi, Hermínio Forne, Elias Benedito, F. Toucci, Lourival Maximiliano de Souza, Raimundo Moreira, Antonio Gondin e outros. A chapa da situação tem Joaquim, Otávio Siqueira, Orlando Malvezzi, Waldemar Ferreira, João Vicente, Hermeto Dantas, Bernardino Testa. Dos 19.321 votos, 10.355 vão para a situação, 6.649 para a Oposição. Mais tarde, Hermeto



Dantas, tesoureiro do Sindicato, confessaria a membros da oposição ter havido fraude e que, na verdade, a oposição tinha ganho por cerca de 500 votos.

Em 1969, o sindicato já alcança uma base de 216 mil trabalhadores, em 7.800 empresas. Tem 40 mil sócios, dos quais 25 mil em condições de voto. Saem duas chapas, que representam um racha na diretoria, a chapa de Joaquim derrota a dissidência, encabeçada por O. Siqueira e H. Dantas. A Oposição não conseguiu constituir chapa. Ela voltará a disputar a direção em 1972, encabeçada por W. Rossi, Antonio Flores, Elias Stein e outros, numa campanha em que driblou problemas econômicos, o clima policial do governo Médici e as vantagens da corrupção que a máquina sindical dá aos parceiros de Joaquinzão. Numa campanha maciça, visando não apenas os sindicalizados mas toda a categoria, ela consegue reaglutinar dezenas e centenas de ativistas. Consegue apenas 22% dos votos válidos, mas lança as bases para uma retomada de organização. Após as eleições, experimenta um refluxo, mas nas primeiras lutas parciais de 1973 (paralizações e tartarugas na Villares, Arno, etc), militantes da Oposição e novos quadros, surgidos da Pastoral Operária (sempre muito vinculada à Oposição, aliás), começaram as bases de um novo movimento, baseado em comissões de fábrica e interfábricas. A escalada de prisões em início de 1974, porém facilitou as coisas para os pelegos,

mantendo durante anos vários militantes da oposição amarrados por um processo que os impedia de fazer planos eleitorais (caso de Rossi, Flores e muitos outros). Em 1975, a oposição não consegue formar chapa. Prepara-se porém para 1978, o ano da Chapa-3 e das primeiras grandes greves depois do "milagre". É o ano também das eleições mais fraudulentas da história do sindicato metalúrgico, magistralmente retratadas no filme "Braços Cruzados, Máquinas Paradas". É também o ano em que Joaquim prepara, com a greve geral de novembro, a sua nova máscara de defensor dos pobres e oprimidos.

## O neo-pelego

É esse Joaquim que, assessorado por profissionais de gabarito indiscutível, promove hoje reuniões por fábrica, atrai o interesse de operários que não o conhecem e monta sua estratégia para a campanha salarial deste ano e para as eleições de 1981. A Oposição terá que driblar agora o desemprego e as perseguições patronais, a máquina sindical, a burocracia do Ministério do Trabalho, suas próprias limitações, as dificuldades econômicas e a nova e eficiente "assessoria", que poderá contar, inclusive, com os conhecimentos de gente que mudou de lado e aderiu ao pelego. Manobras como as da campanha salarial de 1964 poderão novamente entrar em cena. Voltaremos, com detalhes, aos arquivos do peleguismo, nos próximos números deste jornal. Aguarde.

## Periferia/BH

### Luta Contra o Desfavelamento

Perto de 40 mil pessoas, que vivem em 12 favelas e representam cerca de 10% da população favelada de Belo Horizonte, estão ameaçadas de ficarem sem moradia, a curto prazo. Isto se se concretizarem as ameaças da prefeitura de Belo Horizonte que pretende derrubar 8 mil barracos construídos nas favelas São Rafael, Coqueiro, Cardoso, Santa Terezinha, União, Perrela, São Vicente, Delta, Santa Sofia, Jardim Amaral, João 23 e Belém, para construir na área ocupada, 9 avenidas, cuja construção já foi iniciada. Dessa situação, não escapam outras 3 favelas - Suzana, Boa União e Beira Linha, enquanto que a favela Predreira Prado Lopes teve 2 mil metros quadrados "roubados" pela Prefeitura, que os doou à Polícia Militar.

Além disso, três pequenas favelas (Milionários, Nova Barroca e Alto Paraíso) e que, por sinal, não pertencem à União dos Trabalhadores da Periferia (UTP), foram alvo de violentas investidas policiais, sofrendo ameaça de destruição e incêndio de seus barracos.

Mas nem só a Prefeitura e a Prefeitura estão contra os moradores das favelas. Eles contam com a valiosa colaboração da imprensa de BH, particularmente, do colunista social Wilson Frade, que vem criticado a reivindicação da UTP, no sentido que sejam construídas moradias alternativas aos desalojados. Para Wilson Frade e seus comparsas, essa medida não é aconselhável, pois se caso adotada, atrairia as populações pobres de todo o Estado para a capital, transformando-a na "Meca da Miséria".

É quase certo que a ação governamental se limitará - atendendo aos reclamos desse tipo - às indenizações subvalorizadas, deixando milhares de famílias entregues à própria sorte. Prova disso, é que até agora não foi cedida a área de 67 mil metros quadrados, prometida pelos Secretário do Trabalho e pelo Secretário Adjunto do Planejamento, no dia 14 de maio, aos dirigentes da UTP.

Todas as alegações da Prefeitura são as mais furadas possíveis. Em primeiro lugar, não é verdade que faltam terrenos disponíveis em Belo Horizonte: não faltaram quando cedeu um terreno no valor de 150 milhões de cruzeiros para o Minas Tennis Clube (frequentado pela granfinagem) e para o Clube Atlético Mineiro (é isso aí, circo para o povo!). Além disso, conforme declarações recentes do próprio prefeito de BH, Maurício Campos, existem na cidade aproximadamente 180 mil lotes vagos, bem como uma área de 298 mil metros quadrados, já cedida para a necessidade de desfavelamentos, correspondente à região de Serra Verde.

A Prefeitura alega, ainda, que com as obras de construção das nove avenidas "sanitárias", seria impossível construir simultaneamente novas habitações para os favelados; esse argumento é rebatido pela UTP, que já vinha desde dezembro do ano passado, alertando a Prefeitura para os problemas que decorriam da construção das vias expressas. Finalmente, o terceiro argumento, o da escassez de recursos, foi neutralizado pelo próprio delegado regional do Banco Nacional da Habitação (BNH), que afirmou categoricamente que os recursos do Banco são ilimitados, e que pela primeira vez, a necessidade e não a escassez de recursos determinaria o volume do financiamento.

Tudo esse descaço e omissão da Prefeitura, provocou uma manifestação de protesto, na sexta-feira 13, em Frente à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, promovida pela

UTP e que contou com a participação de 1500 favelados, além do apoio do PT e dos demais partidos de oposição.

## Assistência Médica

### Metalúrgico reclama

Joaquim Andrade, o pelego que há 16 anos se entronizou no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, sempre se gabou das excelências do serviço médico prestado pela entidade, modelo, aliás, do tipo de sindicato assistencialista que os patrões e a ditadura querem para o Brasil. Acontece, segundo denúncias recebidas pelo Piquetão, que nem isso o "Joaquinzão", que nunca foi de mexer uma palha em favor das reivindicações dos trabalhadores, tem conservado.

Pelo menos é o que pensa, depois de uma experiência recente, o metalúrgico Otávio José de Carvalho, empregado na Carmos Materiais Elétricos, da Mooca, quando teve que internar sua esposa, dona Maria Antonia, para uma operação no útero. Segundo ele, embora dona Maria Antonia tenha sido operada numa quarta-feira, ficou três dias sem qualquer tipo de assistência de parte do médico responsável pela cirurgia, Epaminondas Santiago, também funcionário do sindicato.

Ele reclama também, do fato de sua mulher ter sido acomodada num quarto com outras cinco pacientes, minúsculo, sem qualquer ventilação. "Todas fumavam, exceto minha mulher, que não parava de tossir, aumentando com isso as dores que sentia na região operada", diz Otávio.

## Carestia

### Protestos no País

Como já vem acontecendo há três anos, o dia 27 de agosto foi comemorado em todo o país como Dia Nacional contra a carestia. Organizado pelo Movimento Contra a Carestia (MCC), o deste ano foi novamente um protesto contra a elevação violenta do custo de vida e da inflação que já galopa a mais de 100% ao ano. Também mais uma vez, a exemplo do que já fizeram durante o governo Geisel, delegações do MCC de todo o País se dirigiram em caravana a Brasília, para entregarem ao presidente da República, um manifesto de protesto contra o custo de vida, exigindo imediatas providências que atendam aos interesses da população.

## Residentes

### Podem parar em todo País

Depois de uma semana de debates, entre 19 e 25 de julho, médicos

residentes de todo o país, reunidos no seu 15º Congresso, em Belo Horizonte, decidiram "considerar justa a proposta de greve nacional, como unificadora do movimento". A decisão será submetida a avaliação de assembleias em todos os Estados e encaminhada em reunião do Conselho de Representantes da Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMER), agora dia 29 de agosto.

O eixo central de luta e motivo da greve nacional é forçar a aprovação pelo Congresso Nacional, do Substitutivo apresentado pela ANMER, em 10 de novembro do ano passado, tratando da regulamentação da Residência Médica.

A história do Substitutivo começa no último Congresso dos residentes, em Fortaleza, onde aprofundaram as discussões sobre seus direitos trabalhistas: eles são responsáveis pelo atendimento de grande parte da população, cumprindo uma série de obrigações na forma de prestação de serviços, com horário integral e vínculo ao hospital, sem no entanto, se beneficiarem dos mínimos direitos trabalhistas (FGTS, 13º salário, insalubridade, hora extra, serviços previdenciários, etc.). A verdade é que os donos de hospitais se aproveitam da situação intermediária do residente - meio campo entre trabalhador e aprendiz - para utilizá-lo como mão de obra barata, pouco se preocupando também com a qualidade do ensino nas Residências Médicas.

Um mês após a realização do Congresso de Fortaleza, foi formado um Grupo de trabalho Interministerial, com participação da ANMER, que aprovou, contra o voto do representante dos residentes, um anteprojeto de lei. Esta lei garante algumas das reivindicações que os médicos residentes vêm levantando nas suas lutas: 6 salários mínimos, exigência de credenciamento de todas as residências, moradia e alimentação, máximo de 60 horas semanais.

No entanto, o ponto crucial dos direitos trabalhistas é negado, deixando o campo aberto para a exploração dos residentes pelos donos dos hospitais.

Assim, a ANMER, através do seu Conselho de Representantes, elaborou o Substitutivo, que é hoje, a síntese das reivindicações dos residentes. Ele já foi aprovado na Câmara, mas está parado pois os deputados do PDS pediram segunda discussão, isto é, voltou à estaca zero.

Além da aprovação do Substitutivo, os residentes decidiram lutar, este ano, com ênfase, pela defesa da Residência Médica, garantindo o aumento do número de vagas e impedindo os cursos paralelos, mais baratos para os hospitais, mas que vêm minando o nível de ensino.

A tônica do Congresso - desde a composição da mesa de abertura, que incluía um leque de movimentos operários e populares, até as discussões nos grupos - foi a busca de se entender o movimento dos residentes como parte da luta dos trabalhadores contra a ditadura e a exploração.

Como residentes, eles lutam para assegurar seus direitos trabalhistas. Como médicos, lutam contra a mercantilização da Medicina, transformada em fonte de lucros para uma minoria, deixando de ter como objetivo a saúde da maioria. Propõem que a saúde seja assunto do Estado, com controle pela população e que o atendimento seja gratuito. E, é claro, que esta luta interessa não apenas aos médicos, mas a toda a população explorada, a todas as imensas filas do INPS espalhadas pelo país.

Como trabalhadores, os residentes se propõem a fortalecer sua unidade com os internos, os estudantes de Medicina e a estreitar seus laços com o Movimento Médico, engrossando suas lutas, conquistando sindicatos combativos, onde a hegemonia numérica e política seja dos médicos-assalariados e não dos médicos-patrões, poucos, mas poderosos. As lutas principais serão pelo aumento salarial e melhores condições de trabalho e pela ampliação do mercado de trabalho médico (como pode haver tantos médicos desempregados e ao mesmo tempo o atendimento médico à população ser tão precário?)

Mais ainda, eles se propõem à unidade com todos os trabalhadores brasileiros, lutando pela estabilidade no emprego, pelo direito de greve, pela liberdade sindical, pela liberdade de organização e expressão, pela anistia ampla, geral e irrestrita, pela reforma agrária racial. Tudo isso culminando com o fim da Ditadura militar, a eleição livre dum Constituinte democrática e soberana e o fim da dominação dos grandes monopólios nacionais e internacionais.

## Bancários/SP

### Porque a fraca Campanha

Mal divulgado o INPC de 33,5%, índice para o reajuste dos salários das categorias que têm data-base em setembro, os bancários começam a se debater com os cálculos e, na ponta do lápis, tentam verificar em quantos cruzeirinhos o seu orçamento será corrigido. Quanto ao aumento real de salário e outras reivindicações como estabilidade no emprego por um ano e jornada de trabalho de seis horas, o que há de concreto, até o momento, é a contra-

proposta patronal de uns miseráveis Cr\$ 400,00, a título de produtividade e um solene "nem se discute" para o restante.

Se é verdade que os banqueiros sustentam sua arrogância na precária mobilização dos bancários, não é menos evidente que o comparecimento da categoria, até agora, às assembleias realizadas e a outros canais de participação, como a Comissão de Mobilização e Coordenação Geral da Campanha, por exemplo, não justificam expectativas otimistas. Difícilmente o quadro da campanha salarial sofrerá uma reversão que permita aos bancários, mobilizados e organizados, optar: ou um bom acordo ou greve.

A sombria expectativa da campanha começa a despertar entre os militantes sindicais, pelo menos os mais realistas, a discussão sobre o que fazer para garantir o que se conseguiu, em termos de organização e participação, neste período, e sobre qual a melhor alternativa, acordo ou dissídio. No entanto, entre os bancários, sobrevive o receio de que este panorama da campanha não seja um anti-término, suficientemente capaz de baixar a temperatura daqueles que, desconhecendo a realidade, delirantemente, tentam impor ao mundo os seus atos de vontade. No ar, a apreensão de que o sonho dos que pretendem greve a qualquer preço custe um pesadelo, a mais aos trabalhadores.

A constatação de que os bancários não se mobilizaram para a campanha não autoriza, contudo, a conclusão de que estão satisfeitos com a piora de suas condições de trabalho, com as constantes perdas salariais, com a usurpação de suas conquistas como a jornada de seis horas. A indignação é profunda, mas é contida pelo fantasma do desemprego e outras ameaças da crise econômica e não canalizada por uma sólida e profunda organização da categoria, transforma os apelos da vanguarda em recursos insuficientes para levar os bancários a uma participação massiva. A paralisação, por uma hora, dos bancários da agência Pamplona do BAME-RINDUS realizada no dia 25, em protesto pela demissão de companheiros, que não deve ser tomada como uma disposição geral da categoria, é mais do que demonstrativa deste estado de ânimo.

Não é justo se transferir para os trabalhadores a responsabilidade por sua desmobilização, como quem uns se sustentando no argumento de que os bancários nada querem com o basquete. Nem tampouco devemos depositar nas costas da direção sindical, com ares de quem não tem nada com isto, todo o peso dos insucessos, enquanto os abutres espreitam, pensando lá com os seus botões: cada categoria tem a vanguarda que merece! São indiscutíveis os avanços que a direção do movimento alcançou nesta campanha. O fortalecimento da unidade na direção, que se manifestou mais claramente em assembleias disciplinadas e politicamente maduras, a regionalização do movimento com base nas subdesdes, a valorização e apoio ao trabalho dos grupos de banco, a democratização das instâncias de decisão da campanha, a organização do fundo de greve, foram alguns passos que devem ser registrados e consolidados.

Se toda a campanha se ressentiu da inexistência de uma ampla e sólida organização dos bancários, desde a base, dela também nasceram experiências que devem ser exploradas e aprofundadas como elementos para a própria superação do dilema: uma maior interrelação e coordenação dos trabalhos dos grupos de banco e uma permanente e dinâmica programação para o funcionamento das subdesdes.



GREVE



PIQUETÃO

PIQUETÃO

## Pelo fim da intervenção nos sindicatos.

Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.



Este anúncio será publicado por este jornal enquanto perdurar a intervenção (total ou parcial) nos seguintes sindicatos:  
 - Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, Bancários de Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia e Fortaleza.

# Mais representativo, o ENTOES deslança

A partir da adesão de lideranças expressivas como João Paulo de Vasconcelos, Olivio Dutra, Lula, Arnaldo Gonçalves, dirigentes sindicais rurais e oposições sindicais, a proposta da realização do Encontro Nacional dos Trabalhadores contra a Estrutura Sindical (ENTOES) cresceu. Previsto para os dias 13 e 14 de setembro, no Rio de Janeiro, deverá marcar a unidade dos setores combativos do movimento operário brasileiro.

Por Tom Duarte

Mais de 900 trabalhadores são esperados para participarem da segunda reunião regional de São Paulo, do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, marcado para o dia 31 de agosto, domingo (até o fechamento do Piquetão, o local ainda não havia sido definido). Ao contrário do 1º Entoes, realizado no mês de junho, nas dependências do colégio Equipe, a participação será aberta, mediante inscrição em listas, ao invés de delegados escolhidos em reuniões por categorias e em cima de teses, como ocorreu anteriormente.

As diferenças não ficam por aí. Segundo tudo indica, embora a situação ainda esteja longe de ser considerada como ideal, parece que a segunda versão paulista do ENTOES conseguirá um nível de representatividade superior ao do primeiro, mediante o engajamento, mesmo que parcial, de algumas lideranças mais conhecidas do sindicalismo autêntico.

Na realidade, esse setor combativo sómente foi atraído pelo Entoes, a partir do chamado "Encontro de São Bernardo", realizado em Taboão da Serra, que reuniu lideranças sindicais e do movimento popular, quando sindicalistas como João Paulo de Vasconcelos, dos metalúrgicos de João Monlevade e Joaquim Arnaldo, do Movimento de União Metalúrgica (MUM), do Rio de Janeiro, fi-

zaram uma defesa da proposta e que resultou, já no dia 12 de julho, na participação de Olivio Dutra no Entoes regional de Minas Gerais.

Com esse considerável reforço, o Entoes foi se estendendo para um número significativo de Estados, atingindo inclusive, unidades mais atrasadas como Sergipe, ao mesmo tempo em que se solidificava no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais e se recuperava em São Paulo. Paralelamente, à medida que deixava de ser um evento caracterizado como de pequenos grupos sem representatividade, e contava com um maior respaldo, o ENTOES começou a sofrer significativos ataques dos setores mais atrasados do movimento operário, notadamente os ligados aos jornais "Hora do Povo" e Voz da Unidade", adversários ferrenhos quando se trata de disputar o espólio reformista no país, mas irmãos de leite no ataque ao sindicalismo combativo e às oposições sindicais. Excluídos, porque sua prática e a dos pelegos com os quais se aliaram, ultimamente, não permite a integração numa corrente mais avançada como a formada pelos trabalhadores comprometidos com o ENTOES, o reformismo, seja no modelo "HP" ou no modelo "VU", passou a criticar o ENTOES como uma proposta divisionista, que atenta contra a unidade do Movimento Operário.

Puro engano. O ENTOES



"não é uma nova entidade que se cria com pretensões a substituir as articulações existentes, tendo como objetivo" agregar todas as forças não comprometidas com o governo e com os patrões, assegurada a pluralidade de concepções que estejam de acordo com uma transformação urgente do modelo sin-

dical vigente", como afirma a declaração da sua Coordenação Nacional, datada de julho de 1980. E isso será realimentado não só no encontro do dia 31, em São Paulo, como no Encontro Nacional, marcado para os dias 13 e 14 de setembro, no Rio de Janeiro.

No Encontro Nacional, for-

mado por delegados que representarão 20 por cento dos participantes nos encontros regionais, é quase certo que alguns frutos organizativos e propostas políticas unificadores dos trabalhadores deverão surgir. Parece ser o caso da formação de coordenações regionais permanentes do ENTOES, bem como de uma coordenação nacional, encarregada de centralizar não só a atuação da corrente combativa no interior de organismos como a Unidade Sindical, bem como o desenvolvimento de lutas unitárias a nível nacional. Entre estas, é provável que apareçam a luta pela estabilidade no emprego, necessária sobretudo nesse momento em que cresce o desemprego, a escala móvel de salários, exigindo o reajuste trimestral (isto é, avançando com relação à proposta do governo e combatendo a idéia de que esta trata-se de "uma maravilha") a luta por um salário mínimo nacional unificado e pela reintegração dos sindicalistas cassados.

## 800 Participantes

Se depender do número de inscrições, pode-se afirmar que o ENTOES paulista tem seu êxito garantido. Segundo Elias Pereira, um dos coordenadores do Encontro, até a manhã de terça-feira, cerca de 620 trabalhadores haviam se inscrito, considerando-se apenas a capital e algumas cidades da Grande São Paulo, sem contar, portan-

to, o interior. Metalúrgicos (180 inscrições), professores (70 inscrições), jornalistas (30 inscrições) são as categorias que participarão com maior contingente.

## Funcionamento

A abertura do encontro regional de São Paulo está prevista para as 8 horas do dia 31, domingo, com o credenciamento dos participantes. Às 10 horas, será realizada a primeira plenária, quando será escolhida a mesa que presidirá o encontro (a comissão organizadora propõe que seja composta por representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Oposição Metalúrgica de São Paulo, Petroleiros de Paulínia, Bananeiros de Itanhaém, a Coordenação Nacional do Entoes e dos visitantes de outros Estados). Posteriormente, serão formadas comissões, encarregadas de discutir um temário composto por três itens: balanço das lutas (avaliação das greves, política salarial do governo, campanhas contra o desemprego), organização dos trabalhadores (comissões de fábrica, delegado sindical, comandos de greve, Central Única, etc) e campanhas (eleições, participação no Conclat e Unidade Sindical, etc). Cada comissão, ao final de seus trabalhos, deverá eleger os delegados para o encontro nacional, que serão referendados na última plenária, com início previsto para as 17h30m.

# Trégua nos pampas, no primeiro semestre

Após um 1979 agitado, marcado por inúmeras greves, os trabalhadores gaúchos entraram num período de calmaria, neste ano.

Um balanço do semestre, mostra que os acordos e a obtenção de pequenas conquistas foram a tônica principal do movimento.

Por Sérgio Ruckert

Este foi um ano marcadamente diferente para as diversas categorias de trabalhadores aqui no RS no que diz respeito a suas campanhas salariais, comparado ao ano passado. Não que não tenham havido motivos para encaminharem de forma diferente suas campanhas - uma alta taxa de inflação, a ameaça de desemprego, etc., mas o que predominou, até agora, foram os acordos salariais entre empregados e empregadores ou, quando estes não eram atingidos, passava-se à instalação do dissídio coletivo, com a intermediação do TRT, demonstrando a fraqueza do movimento.

O começo das campanhas já apontava noutro sentido. Se no ano passado assistimos a uma combatividade, com os professores do Estado, e espontaneidade do movimento sindical, com o surgimento de novas alternativas ao peleguismo - como foi o caso, principalmente, da construção civil - neste ano os próprios professores, que iniciaram o

ciclo grevista na última campanha, optaram por uma proposta sui-generis, sugerida pela diretoria do CPERGS (Centro de Professores): pressionar o Legislativo estadual para que regulamentasse a lei do funcionalismo público e, assim, atendessem a sua maior reivindicação - a equiparação salarial com os técnicos. Até agora constituiu-se numa forma de pressão completamente ineficaz, pois logo o projeto foi vetado pelo governador, deixando claro a atitude desmobilizadora da diretoria do CPERGS. Para o legislativo restou a discussão de se tem ou não poder para discutir sobre matéria da Constituição.

## "Pelego destituído"

Ao mesmo tempo iniciava-se a campanha dos metalúrgicos que em sua última assembléia destituíram a direção do sindicato, propensa ao acordo com os patrões mesmo com índices bem inferiores aos reivindicados. Mas a rebeldia dos trabalhadores não passou da

noite da assembléia, pois na manhã seguinte o sindicato chamou a todos para uma nova assembléia, onde fez passar a proposta de irem à dissídio, enterrando as pretensões de parcelas significativas de metalúrgicos.

Seguiu-se a campanha da construção civil, que encontrou uma diretoria pelega muito mais preparada (no ano passado ela não foi reconhecida como direção na greve da categoria), agora aliada com os simpatizantes do jornal Hora do Povo. Desde o início, os dois grupos mostraram-se dispostos a não deixar escapar de suas mãos o controle da campanha. E nem o fato de, neste ano, a categoria possuir uma oposição sindical organizada, conseguiu contrarrestar a preponderância do peleguismo. A campanha foi parar nas águas mornas do dissídio, onde se sucedem, no momento, os recursos às decisões do Tribunal: os empregados argumentando que a taxa de produtividade de oito por cento é

por demais inferior aos trinta por cento solicitados; os empregadores, com outro recurso, esgrimem com "as dificuldades de nossa economia que não suportam o excesso" para uma taxa de oito por cento. Um último golpe foi aplicado à categoria: com eleições marcadas para meados de setembro, saíram duas chapas - a situação pelega e a oposição sindical. Resultado: a Delegacia Regional do Trabalho cassou a oposição com o argumento de que ela não preenchia todos os requisitos necessários à sua inscrição.

## Muitos acordos

Esse panorama prévio definiu em grande parte os passos do movimento sindical no segundo semestre. Assim, nas duas últimas semanas, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) homologou 13 acordos salariais de categorias situadas em sua maioria no interior do Estado. Praticamente todas as categorias são beneficiadas pelo piso salarial: os trabalhadores nas empresas de panificação e

indústrias de óleos vegetais de Pelotas tem seus pisos estabelecidos, respectivamente, em Cr\$ 5.600,00 (para a faixa de forneiros, confeitores e masseiros) e Cr\$ 4.608,00. Os comerciários de Caxias do Sul não serão admitidos com salários inferiores à Cr\$ 5.200,00. Outras categorias, como metalúrgicos de Ijuí, construção civil de Santo Ângelo, comerciários de Santa Rosa, etc. tem seus pisos em torno daqueles valores.

Para um aumento salarial segundo os valores do INPC válido para todas as categorias, a taxa de produtividade varia entre 4 a 8 por cento em sua maioria, chegando, num caso excepcional, a vinte por cento para os trabalhadores da construção e mobiliário de Santa Cruz do Sul. Em algumas categorias há, ainda, o reconhecimento da estabilidade para a gestante, em períodos que vão de 60 a 90 dias após o auxílio-maternidade. Em nenhuma das categorias é reconhecida a figura do delegado sindical. Também não é

contemplada nenhuma reivindicação que contrarreste a tendência ao desemprego, como vem ocorrendo com a indústria metalúrgica no estado. Só em Porto Alegre houve 3.885 rescisões de contrato no 1º semestre de 80 - contra 3.109 do mesmo período em 79. Mas no ano passado as grandes empresas absorviam a mão de obra desempregada e agora não o estão fazendo mais. E contribui para aumentar o número das dificuldades financeiras das pequenas e médias empresas.

Idêntico processo ocorre com os bancários da capital, que tiveram cerca de 500 companheiros demitidos, nas primeiras semanas de agosto, segundo o novo presidente do sindicato, Milton Mottini. Esta categoria tem marcado seu dissídio para 1º de setembro e talvez, dependendo da força que tiverem depois da greve no ano passado, da destituição da diretoria e cassação de quatro membros, consiga mudar em parte o panorama sindical aqui no sul.



# A Reforma Agrária em questão

A Reforma Agrária foi debatida intensamente, durante os dias 22 e 23 de agosto em São Paulo, por cerca de 200 intelectuais, políticos, líderes sindicais rurais e ativistas junto a lavradores, por ocasião do seminário "Significado e Viabilidade da Reforma Agrária", promovido pelo Centro de Estudos e Debates de Cultura Contemporânea - CEDEC.

A agenda do seminário constou de painéis apresentados pelas manhãs, por 10 convidados; reuniões, às tardes, de todos os participantes distribuídos em cinco grupos de debates, e cujas sínteses eram apresentadas logo após, em plenária. Isto propiciou condições para que cada um pudesse participar ativamente das discussões.

Houve ainda um ato público (no TUCAPUC), de solidariedade às lutas dos lavradores, coordenado por D. Pelé, da Paraíba, onde vários dirigentes sindicais expuseram a situação das lutas e da organização dos trabalhadores em suas regiões, desde o vale do Ribeira até o sertão da Paraíba. Impressionou ao público a clareza dos propósitos dos expositores que, com sotaques os mais diferenciados, deram um quadro vivo dos problemas enfrentados. José Alves, de Goiás, relatou até as preocupações em torno da participação das mulheres. "Por que só nós homens podemos aprender coisas novas, nos reunir e lutar, enquanto as mulheres ficam em casa cuidando dos filhos?". Foi denunciada também a perseguição do governo aos camponeses e sua inação frente ao assassinato recente de três líderes no Acre, no Pará e em Pernambuco.

Moacir Palmeira, professor e assessor da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), chamou a atenção para o fato de que um dos pilares do autoritarismo está no campo, através da opressão dos latifundiários sobre os lavradores. Enquanto estes forem excluídos da propriedade da terra, estarão excluídos de tudo. "Portanto, a luta pela Reforma Agrária é a luta pela sua própria cidadania".

José Gomes da Silva, ex-assessor do governo de Jango e presidente da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), analisou as diversas reformas agrárias parciais apontadas por autoridades governamentais. Sugere que o regime pode apelar para a eliminação de uma das contradições mais gritantes no campo, a fim de salvar o monopólio da terra como um todo. Para isso imolaria o latifundiário absenteeista - aquele que é dono de vastas áreas inexploradas - no altar da justiça social. No entanto, se fosse aplicado o Estatuto da Terra, 60% das terras do país deveriam ser desapropriadas. José Gomes da Silva é contraditório e admite que a Reforma Agrária "sem adjetivos", propugnada por ele pode ser executada nos marcos do atual regime militar, opinião compartilhada, entre os painelistas, apenas pelo deputado PMDBista Roberto Freire (PE).

## A bandeira da Reforma Agrária é política e unifica os trabalhadores

José Graziano da Silva, professor da UNICAMP, já não partilha do liberalismo do pai (José Gomes da Silva) e admite até "a retirada do usineiro", pois acha que o significado da Reforma Agrária evoluiu nos últimos decênios para um questionamento do próprio desenvolvimento capitalista. Enquanto nos anos 50 e 60 ele era mais ligado aos rumos do país, aparecendo o monopólio da terra como entrave à industrialização, esta, no entanto, ocorreu sem a ruptura do monopólio da terra. A indústria cresceu, valendo-se da agricultura, em alguma medida, como consumidor de meios de produção, e até dos lavradores como consumidores de bens de consumo final, como sandálias de borracha. Frente a esta capitalização do campo, - pergunta Graziano - por que ainda se luta pela Reforma Agrária? A terra ainda é o meio de produção fundamental no campo. E as transformações capitalistas na agricultura têm adquirido um cunho profundamente parasitário. Açambarcam-se glebas e glebas de terra apenas com fins especulativos, como reservas de valor. Frente à penetração do capital monopolista em todos os aspectos da vida do camponês, este não quer apenas a terra, mas também ser dono de todos os frutos do seu trabalho. A bandeira da Reforma

Um dos maiores eventos do gênero nos últimos tempos: na semana passada, em São Paulo cerca de duas centenas de intelectuais, políticos e líderes sindicais reuniram-se durante dois dias para debater o significado atual da luta pela Reforma Agrária. Aqui, um apanhado do que foi o encontro.

Por Tereza Barros



Agrária e uma bandeira política e unifica os trabalhadores.

Ivo Polleto, da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra, fez uma defesa desta entidade, negando querer se apresentar como representante dos trabalhadores ou dos índios ou como frente política da Igreja. Denunciou com veemência o consórcio nipo-brasileiro que está começando a dominar o cerrado brasileiro, num plano que implicará a expulsão de 1,5 milhão de pessoas. E conclamou à ação imediata contra mais este atentado à soberania nacional. Quanto à questão agrária, considera-a como uma questão de democracia.

Afrânio Garcia, professor do Museu Nacional e assessor da FETAG (RJ), entende a reforma agrária como uma questão concreta vinculada às lutas que estão se desenrolando no campo, e não como um tema abstrato, que dependeria da vontade dos teóricos. Repisa na questão da necessidade de os camponeses alcançarem a cidadania - assim como os trabalhadores urbanos. Esta poderá ser alcançada pela quebra do monopólio da terra e de suas implicações políticas. Advoga o controle dos trabalhadores sobre as áreas a serem desapropriadas, bem como sua participação nas decisões gerais dos problemas nacionais.

Francisco Julião - que, em entrevista quando exilado no México há uns quatro anos, negou a atualidade da necessidade da Reforma Agrária no Brasil - parece ter esquecido esta opinião. O antigo fundador das Ligas Camponesas e atual membro da coordenação nacional do PDT de Brizola recitou um longo e interessante poema de cordel, de sua autoria, no qual incentiva o lavrador a se filiar ao sindicato como primeiro passo para a conquista da reforma agrária. Ressaltou a importância de, no processo de organização dos camponeses, não se desprezar seu profundo sentimento legalista. Ou seja, o lavrador respeita muito o legal e o legítimo, e só procura criar uma nova legalidade quando experimenta pessoalmente o caráter ilegítimo das leis e estruturas vigorantes.

José Francisco da Silva, pernambucano, presidente da CONTAG há cerca de 10 anos, acusou o regime de inimigo dos trabalhadores rurais e propôs a execução da Reforma Agrária conforme proposta no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1979) - ampla, massiva e imediata - imediata em oposição a gradual, e não no sentido de que Figueiredo possa executá-la.

## O objetivo principal só será conseguido "no peito e na marra"

Manoel da Conceição, líder camponês, membro da direção nacional do PT, e ex-exilado político, fez um discurso dos mais inflamados, contagiando a platéia e, quiçá, chocando os mais conservadores. "Nós trabalhadores do campo nunca tivemos em nossas mãos aquilo que se chama democracia", "sempre conduzidos por

Tratando-se a questão da terra de um tema complexo e por ser um dos primeiros fóruns amplos de debate promovido sob a ditadura militar, inúmeras questões foram só mencionadas, carecendo de maior aprofundamento e discussão.

A questão da constituinte foi apenas citada por alguns, bem como a situação da proposta de reforma agrária no programa dos partidos políticos e o conteúdo da aliança operário-camponesa. Quanto ao papel do intelectual na luta dos lavradores, foi acentuada a necessidade do maior acompanhamento das situações concretas, da organização e reforçamento de entidades de assessoria e solidariedade, além da sistematização e aprofundamento teórico da questão agrária.

## Um tempo de aflorar informações e idéias, de críticas e auto-críticas

Pelo caráter ainda pouco unificado das lutas do campo, e restrita participação efetiva dos trabalhadores rurais nos sindicatos e partidos políticos, por um lado, e, por outro lado, como dissemos acima, por ser um dos primeiros encontros amplos de cientistas agrários e lavradores, é prematuro se pretender que sejam tiradas conclusões unânimes, monoliticamente detalhadas. O tempo é de aflorarem informações e idéias variadas, de críticas e auto-críticas às análises de tempos passados, e de busca de novas posturas em relação à organização e às lutas dos trabalhadores rurais. E isto, foi a tônica geral.

Na conclusão dos trabalhos, sugeriu-se, entre outras coisas, que deve-se dedicar "importância ao conhecimento do inimigo, das articulações do poder e das classes dominantes no seu intento de manter e acentuar o monopólio dos meios de produção no campo."

Da sua parte, os inimigos estão atentos. Um membro da TFP (Tradição, Família e Propriedade) envergando terno, gravata e o descarado escudo desta instituição medieval-fascista, acompanhou, com gravador em punho, todas as sessões do seminário.

## Nenhuma noite de terror pode atrasar o dia.



Faça assinaturas do EM TEMPO, para você e seus amigos.

À Editora Aparte S.A.  
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP  
CEP 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque: ..... por uma assinatura anual  
Comum: Cr\$ 500,00 ( ) Apoio: Cr\$ 1.000,00 ( ) Exterior: US\$ 40,00 ( )

Nome: .....

Endereço: ..... Bairro: .....

Cidade: ..... Estado: ..... CEP: .....



Desde o começo do mês de julho, cerca de 150 mil trabalhadores espalhados por mais de 400 fábricas, iniciaram o que passou a ser a maior movimentação social e política que a Polônia popular conheceu. Através da criação do Comando Geral de Greve - instrumento centralizador de suas lutas - eles formularam uma Plataforma de 21 reivindicações, cujo eixo é a exigência de Liberdades Sindicais e Sindicatos Livres do Estado. De lá para cá, houveram muitas transformações no contexto político do país. O remanejamento do governo, ocorrido no domingo 24, é uma prova dessa pressão operária. A burocracia tenta manobrar desfazendo-se de seus elementos mais "duros" e desgastados: mais de um terço do Burô político sai pela janela enquanto uns tantos outros entram pelas portas do estaleiro "Lenin". Assim como o reconhecimento do Comando de Greve, a "inclusão do direito de greve na nova legislação sindical" e "liberdade sindical somente para os operários da Costa Báltica", são atualmente discutidos pelos "novos" burocratas. Mas a situação é ainda de impasse, pois mesmo com a demissão do principal membro da Comissão Central dos Sindicatos, ocorrida em 26 último, os grevistas declararam: "As mudanças pessoais não nos interessam mas apenas as 21 reivindicações de nossa Plataforma".

## Porque tremem os burocratas?

Por Wagner Cardoso

Quando, em 1º de julho, os trabalhadores poloneses da fábrica de tratores URSUS entraram em greve eles, certamente, não podiam imaginar que o seu exemplo tomara as proporções que vemos hoje. Mas, nessa luta contra o aumento do preço da carne e pela elevação dos salários, já podia ver refletir-se o "mal estar social". Nela estava contida toda uma série de reivindicações, que com o passar dos dias, ia tomando corpo e se alastrando por toda a Polônia. E mais uma vez, como o que já ocorrera nas greves de 1956, de 1970 e 1976, a burocracia começava a tremer nas suas bases...

A avalanche de aumentos, começando pela alta de 40 a 60% do preço da carne, que deveria entrar em vigor a partir do mês de julho, foi a gota no caldeirão de água quente. "As subvenções ao consumo alimentar custam ao Estado uma soma exorbitante, sendo assim é de fundamental importância frear a inflação provocada pelo excesso da procura sobre a oferta", declaravam fontes oficiais. A necessidade de "restabelecer os preços reais", segundo o novo primeiro-ministro, Sr. Babiuch, e o "combate à inflação", faziam com que os primeiros afetados não fossem outros senão os trabalhadores e a população polonesa.

A direção stalinista tentava então jogar o seu "plano de austeridade" nas costas do povo. Somando-se a isto, uma "política de baixos aumentos salariais" e um certo "erro de cálculo no que concerne ao estágio de

organização do movimento operário e sua capacidade de reação, estavam aí as condições para a resposta de uma classe operária que de longe, é a mais combativa dentre as suas irmãs dos outros países do Leste.

Na sua tentativa de não chocar-se frontalmente com os trabalhadores, mas sim jogar com uma margem de manobra, a burocracia fazia concessões. A começar pelo aumento salarial de 10% (imediatamente após a greve de URSUS); em seguida com a diminuição ou supressão do aumento da cadência de trabalho; e por fim na aplicação extremamente cuidadosa do aumento dos preços alimentícios, variando segundo região e reação do povo, chegando ao ponto de certos açougues de Varsóvia não haverem nem mesmo trocado suas etiquetas pelas dos novos preços. Apesar de todo esse "jogo de cintura", pode-se dizer que grande parte foi em vão...

Já no dia 3 de julho, após a volta ao trabalho na fábrica de URSUS - onde a greve fora seguida por 40% dos trabalhadores - as declarações do Comitê de Autodefesa Social, o KOR, não deixavam nenhuma dúvida: "O fim da greve está diretamente condicionado às negociações entre os delegados dos grevistas e a direção da fábrica, sobre um aumento compensatório dos salários".

Mas a extensão do movimento e o caráter das reivindicações, já começava a atingir outras fábricas. É o caso da TKZEW, fábrica de câmbio de automóvel situado no sul de Gdansk, onde 3.500 trabalhadores para-



vam as máquinas. Na cidade de Mielec, no sudoeste do país, os grevistas obtiveram um aumento de 300 a 400 zlotys (1 zloty corresponde aproximadamente a Cr\$ 1,80) e a supressão das novas cadências. Em Varsóvia, os condutores de trens e bondes apresentavam uma lista de reivindicações - dentre as quais a anulação do aumento dos preços -, e prometiam fazer greve a partir de 7 de julho, caso eles não fossem satisfeitos.

O jogo de xadrez estava montado: de um lado o stalinismo, apostando na sua "austeridade" e na decomposição do movimento grevista; do outro lado, o povo polonês, tendo os trabalhadores à sua cabeça, procurando resistir aos ataques da burocracia, ganhando tempo para organizar-se.

O descontentamento era candente. Em Varsóvia, no dia 11, mais de 20 mil trabalhadores da indústria automobilística paravam as máquinas para pedir aumento de salários. Da mesma forma que uma fábrica de rádios e uma indústria de equipamentos de transporte em Swidnik, no sul do país, enviavam seus representantes para negociar com as direções. Apesar de já, oficialmente, o governo negar-se à elevar os salários, fontes dissidentes garantiam que os operários das fábricas de tratores Ursus, da fábrica de aviões em Mielec, no sul, e de autopeças em Tczew, no litoral Báltico, conseguiram maiores salários após os protestos.

### As brechas no seio da burocracia

Simultaneamente, a burocracia multiplicava declarações contraditórias. Se por um lado o semanário *Polytika* (porta-voz de um setor mais "moderno" da PC), através de seu diretor, M. Rakowski, dizia em editorial que "trinta e cinco anos após o término da Segunda Guerra mundial, a Polônia tem o direito de viver melhor, o povo necessita de uma melhor distribuição de gêneros alimen-

tícios, as filas são cada vez mais compridas... Os planos de realização de novos alojamentos não são concretizados, assim como a criação de gado de boi e de porco - base da alimentação popular - estacionava".

Por outro lado, o *Trybuna Ludu*, jornal oficial do Partido Operário Unificado Polonês (POUP - O PC polonês), concluía que "não poderia haver aumentos significativos de salários, pois desta maneira nós só iremos por a economia do país à bancarrota, com a intensificação da inflação. É impossível realizar mudanças salariais; não importa a pressão nesse sentido, as limitadas possibilidades do Estado e da economia, o impedem".

Argumento que *Polytika* refutava, pois "é necessário elaborar um novo programa de reformas estruturais, claras e facilmente compreensíveis pelos operários. A renda nacional baixou, no ano passado, de 2%. Os mecanismos de gestão enferrujam-se. As estatísticas são manipuladas. A disciplina do trabalho começa a tornar-se uma piada. Centenas de milhares de operários estão fazendo 'corpo mole'. Já está longe o tempo em que dizíamos que possuir um apartamento e um carro era prova de 'consumismo exagerado'. O próprio aparelho de propaganda do partido mente quanto à gravidade da situação do país. Os tecnocratas são tão inconscientes quanto a população: desconhecem a crise". Rakowski, o diretor do jornal, vai mais longe e pressiona o governo a "agir sem perda de tempo: não basta administrar a nação, é necessário ter confiança no homem e em suas capacidades. O tempo das longas discussões está ultrapassado, urge uma ação rápida e eficaz..."

Com uma inflação que atingia, já nos primeiros quatro meses do ano, a taxa de 5,4% - índice record, para o ano de 80 - e com uma dívida externa de aproximadamente 20 bilhões de dólares, tais declarações, nada mais eram do que divergências existentes no

## A plataforma dos trabalhadores do porto de Gdansk

- Restabelecimento de todas as comunicações telefônicas e via telex na região de Gdansk;
- Garantia do direito de greve e segurança de todos os grevistas;
- Garantia de liberdade de expressão oral e escrita e abolição da censura;
- Liberdade a todos os preços políticos;
- Respeito às convenções da Organização Internacional do Trabalho, que incluem o direito de livre associação;
- Abolição da interferência governamental na vida sindical;
- Acesso aos meios de comunicação de massa para todos os credos religiosos;
- Adoção de medidas realistas para tirar o país da recente crise, através de: informações completas ao público acerca da situação sócio-econômica da nação; possibilitar a todas as classes e setores da comunidade polonesa a discussão de programas de reformas;
- Abolição dos privilégios na previdên-

cia social, mediante a concessão de direitos iguais a todas as famílias;

- Fechamento das lojas especiais abertas só a altos funcionários do Partido Comunista e do governo;
- Abolição dos preços comerciais (sistema sob o qual as carnes de qualidade são vendidas apenas em lojas especiais a preços mais elevados);
- Completo abastecimento interno, só exportando os excedentes;
- Implantação do racionamento de carne para a estabilização do mercado;
- Aumentos salariais para compensar a alta dos preços;
- Pagamento dos dias de greves como férias;
- Garantias de aumentos automáticos de salários quando se produzam elevações de preços e desvalorização da moeda;
- Difusão, através de jornais, rádio e televisão, das notícias referentes às greves e sobre a formação de um comando de greve.



próprio seio dos governantes, quanto à forma de enfrentar a crise e o movimento grevista.

## O movimento se alastra

Enquanto o primeiro secretário do POUP, Gierek, através da televisão, anunciava um "programa de ajuda aos menos favorecidos" (aumento das pensões familiares, da assistência às mulheres chefes de família e aos aposentados, dos salários mais baixos), a realizar-se em 1981, os trabalhadores contestavam-lhe à sua maneira.

Já no dia 14 de julho, segundo o KOR, eram mais de 30 empresas que estavam paradas, cuja grande parte empregava de 10 a 20 mil trabalhadores. Mesmo se considerarmos o período de férias anuais (as fábricas param por um mês) e declarações esparsas de aumentos salariais (10%) por parte das direções de algumas fábricas, as greves e ocupações se multiplicavam. Surgia a greve geral de Lublin, onde as grandes empresas (fábricas de caminhões FSC, fábrica de calçados Buczek, usina de máquinas agrícolas Agromet), que empregavam o grosso da população, e mesmo os maquinistas de trens, as padarias, choferes de ônibus etc, paravam tudo. E mais: elegendo comitês de fábricas com delegados por seções, sendo tudo coordenado por um Comitê de Greve. Esse fato começava a ser visto como uma forma eficaz de luta. Mesmo porque eles só voltaram ao trabalho quando algumas de suas reivindicações foram satisfeitas, sobretudo o aumento salarial de 400 à 600 zlotys por mês para os maquinistas, e expulsão dos policiais dos locais de greve.

O grande complexo siderúrgico de Stalowa Wola, no sudeste do país, assim como os operários gráficos e distribuidores de jornais de Varsóvia, também apresentavam, à 19 de julho, uma plataforma de reivindicações e paravam as máquinas.

Nesse mesmo período, o burô político do partido lançava um apelo nos jornais: "As exigências dos trabalhadores são justas, faremos o máximo para satisfazê-las. Mas é necessário que a população tenha consciência dos perigos que isto implica. As greves suscitam inquietudes nos nossos amigos e aliados": era a burocracia agitando o "fantasma da invasão russa".

Esta tentativa de quebrar o movimento, de fazer pequenas concessões salariais; de conchamar a volta ao trabalho e à "ordem social" para depois então negociar; de enviar alguns dirigentes stalinistas para discutir com os operários; de jogar a responsabilidade da crise econômica nas costas do povo. A insistência nos apelos ideológicos em nome do socialismo" (o deles claro! Pois o dos trabalhadores estava sendo construído nas fábricas); e por fim, a "ameaça da grande irmã do Leste". Todas essas pressões, não atingiam seu objetivo: o movimento avançava, se organizava e o que é pior - para a

casta dirigente - começava a surgir o Comando Geral de Greve, órgão centralizador das lutas e instrumento privilegiado da batalha contra o "Conselho Central dos Sindicatos", este, dependente dos sindicatos estatais.

## Greve geral em Gdansk

Até o final do mês de julho eram quase 100 empresas que estavam paralisadas. Era, sem dúvida, o movimento mais importante da história da Polônia popular.

Após o término da greve dos 1.500 lixeiros de Varsóvia, era a vez dos trabalhadores dos serviços de transporte coletivos e dos taxis deixarem a população da capital a pé. Assim como os 10.000 operários da fábrica Ponar, de automóvel, situada na região da Cracóvia; em Lodz - grande centro têxtil - os vários milhares de trabalhadores também paravam.

Na metade de agosto os números aumentavam: eram quase 150 fábricas que haviam sofrido paralisação. Mas o grande salto de qualidade ainda estava por vir. No momento em que os 50 mil operários dos estaleiros de Gdansk, no mar Báltico, decidiram parar tudo, eles começavam a transformar as reivindicações econômicas em exigências políticas. E mais uma vez os burocratas stalinistas tremiam...

Iniciada, a partir da demissão de uma operária dos estaleiros, Anna Wallentynowicz, velha combatente do sindicalismo livre, e evidentemente calcada nas reivindicações contra o aumento dos alimentos, os 17 mil operários do estaleiro "Lenin", evoluíram rapidamente, e na sua plataforma de 16 reivindicações havia pontos de nitido teor anti-stalinista e anti-burocrático. Questões como a liberdade para todos os prisioneiros políticos, garantia do direito de greve e segurança de todos os grevistas, liberdade de expressão, liberdade sindical, eliminação dos privilégios dos burocratas, e outras de caráter econômico, apontavam numa direção: **um real controle operário sobre a vida econômica e política do país.**

A região de Gdansk está situada a 320 km. de Varsóvia e tem uma população aproximada de 700 mil pessoas. Esses trabalhadores já são personagens históricos do movimento operário polonês, pois foi daí também que surgiram as grandes greves de 1970.

Apesar do corte de todas as comunicações telefônicas e por telex com o porto de Gdansk, e das múltiplas tomadas de posição ostensivas por parte da casta dirigente, a paralisação completa do porto, assim como a ocupação dos locais para realização de Assembleias gerais, mostravam ao poder do partido único, o grau de consciência e organização dos trabalhadores. Erigindo-se como vanguarda do proletariado polonês, a partir desse momento eles começaram a funcionar como um pólo de atração e como um exemplo a ser seguido.

Pouco a pouco, eles obtiveram a solidarie-

## Generalizar a auto-organização dos trabalhadores

Entrevista com Jacek Kuron, dirigente do Comitê de Auto-Defesa Social - KOR transcrita do semanário francês Rouge, de 23/7/80.

- Fora dos exemplos de WSK Mielec e de Z.M. Ursus, houve a criação de Comitês de Greves ou de Comissões Operárias, durante estas últimas greves?

- Existe uma pequena organização se tomamos em conta o conjunto das empresas em greve. Mas em algumas greves, houve eleição de delegados em assembleias gerais, e isto é sem dúvida, uma grande vitória. Por exemplo, em WSK Swidnik, local onde os delegados eleitos obtiveram do conselho sindical (oficial) a sua presença durante as negociações com a direção. É uma maneira de se proteger, de não se meter muito à frente. A lembrança da repressão que se abateu sobre os "cabeças" em 1970, constitui um forte freio ao movimento de auto-organização. Existem também fábricas, onde o comitê de greve, eleito por voto secreto, seção por seção, não ousa manifestar-se abertamente. É o caso da imensa fábrica "Stela" de meias femininas, na cidade de Zyrardow, que emprega na sua maioria a mão-de-obra feminina, na maioria das vezes sozinhas e mães de várias crianças. Inclusive, para estes casos, nós começamos uma coleta, pois estas mulheres recebem seus pagamentos somente no dia 15 de cada mês, e todos nós tememos que o atraso nos pagamentos seja um meio de pressão para que elas capitulem.

Nós conseguimos atingir um nível de organização superior àquele de 1976, mas inexistem ainda comitês de greves se generalizando, por todo o país. A valorosa URUSO consiste pois, um farol da auto-organização.

- Você falou da necessidade de uma

discussão pan-nacional, como sendo uma das condições prévias para que haja uma efetiva reforma estrutural. Seria isto uma simples petição de princípio, ou vocês teriam realmente condições de organizar uma reunião nacional de representantes das empresas em greve, por exemplo.

- Não, isto não. Nós pensamos que neste amplo movimento de greves, nós ganharemos uma experiência de suma importância. E como estamos certos que o outono próximo será "quente", nós pensamos que, em breve, conseguiremos generalizar a auto-organização operária, a auto-organização do conjunto da sociedade, principalmente a dos trabalhadores. Inclusive, pensamos que esta seja a única salvação para o país - e mesmo para o governo - embora eu não esteja aqui para salvá-lo... Mas trata-se ainda de especulações.

Quando nós discutíamos com os camaradas de URUSO, eles nos diziam: "Vocês falam de outono, mas para nós foi necessário o período de 4 anos para podermos amadurecer e sermos capazes de uma organização como esta!" Então, concluímos, que o clima é mais propício hoje. Nós podemos popularizar as formas de organização mostrando exemplos concretos. Por exemplo, no último "Robotnik" (nº 57), nós publicamos além da declaração do KOR de 11 de julho e um calendário dos últimos acontecimentos, formas das greves, reivindicações, etc., um relatório detalhado do nascimento da comissão operária de URUSO. Iremos continuar a fazê-lo, esperando tri-

plicar a tiragem atual (30.000 exemplares) de "Robotnik".

- Qual o prognóstico que vocês fazem sobre esta vaga de greves que continua? Há possibilidade de paralisação e posterior retomada?

Provavelmente, esse movimento terminará, quando os trabalhadores obtiverem os 10 ou 15% de aumento exigidos. Atualmente, as autoridades estão cedendo aos grevistas: isto é um apelo aberto à greve! Mas, ao mesmo tempo, existe o problema das "férias pagas". Toda a região de Lodz - a segunda cidade operária da Polónia - terá férias, isto porque a crise econômica obriga-os a pararem a produção. Eles reduziram de maneira drástica as importações, para poderem pagar os juros dos empréstimos. E é somente graças ao ritmo lento da vida econômica que o transporte e a produção da energia continuam sem grandes problemas.

Mas ao mesmo tempo a situação se deteriora: a inflação vai reduzir a zero os aumentos dos salários que porventura se obtenha. Mesmo se ultimamente os aumentos obtidos foram importantes; no começo de julho, os trabalhadores de Cegielski, na cidade de Srem, obtiveram 7% e há dois dias atrás os trabalhadores de WSK, na cidade de Swidnik pararam após os aumentos de 15%! a única solução é uma profunda reforma, a auto-organização, mas infelizmente, os trabalhadores não estão ainda preparados para fazê-lo. Após as férias, no momento em que as novas dificuldades atingirem a classe operária, esta estará mais forte, mais consciente do que obteve, e sinto que será bem diferente...

## Pela liberdade de organização

Declaração do KOR de 11 de julho de 1980

Na cantina da refinaria siderúrgica "Huta Warszawa", no dia 1º de julho, os preços dos alimentos foram aumentados; no dia 3 de julho, entre 7h e meio-dia, os antigos preços estavam em vigor. Entre 12h e 14h do mesmo dia, aplicavam-se os novos. Das 14h do dia 3 até o final da tarde do dia 4 de julho, os novos preços foram restabelecidos.

Isto mostra que, não somente à nível local, mas sobretudo pelo país inteiro a aplicação dos preços é bastante diferenciada e sujeita a vaís-e-vens...

(...) O Partido Operário Unificado Polonês (POUP), pretende descarregar sobre a sociedade a responsabilidade que é sua, são seus os erros, são também suas a incapacidade e a incompreensão do processo econômico. Para isso são necessárias as seguintes reformas imediatas para resolver esta crise:

- Organização de uma discussão pan-nacional que decidiria quais os processos econômicos, políticos e sociais para o futuro;

- Criação de medidas imediatas em favor da agricultura individual para aumentar a produção alimentar e sobretudo a da carne;

- Enquanto a penúria da carne persistir, a introdução de tickets de racionamento com os preços anteriores a 1º de julho de 1980. Esta seria a única maneira de assegurar uma distribuição igualitária, e a publicação do conjunto de dados que dizem respeito à produção, ao consumo e à exportação-importação da carne.

(...) As autoridades devem compreender que elas não conseguirão evitar as negociações com a sociedade. Mas é delas que depende o clima no qual estas negociações

poderão se desenvolver: na calma, ou numa atmosfera de luta cada dia mais aguda. Apresentamos assim, uma série de exigências mínimas: liberdade de associação; direito de greve; fim da censura-prévia e liberdade de acesso aos meios de comunicação, para as associações independentes do Estado e para as assembleias de trabalhadores; independência da justiça e redução dos poderes das forças repressivas.

Nós nos dirigimos ao conjunto da sociedade e em particular às assembleias de trabalhadores, para que estes organismos se apoiem nestes postulados, propondo-os assim, nas futuras negociações.

Da mesma maneira, todos os trabalhadores em greve assim como toda a população, podem contar conosco na mais firme defesa a todos que forem reprimidos por motivos de greves...

dade de outros setores de trabalhadores da cidade: além da paralisação completa dos estaleiros, os empregados dos transportes coletivos e de algumas fábricas menores, elevavam para 50 mil o número de grevistas. Mas não só, na cidade vizinha de Gdynia, o estaleiro "Comuna de Paris", também era paralisado. Formulando uma plataforma semelhante aos trabalhadores de Gdansk eles propunham, uma coordenação geral das greves.

Para tristeza do dito "mundo livre", e para desgosto das agências de imprensa burguesas, os operários do "Lenin", não só paravam tudo, como ocupavam os locais em assembleias constantes, elegiam democraticamente seus representantes e por último - ousadia! - cantavam a "Internacional".

## Os stalinistas na corda bamba

Daí, para organizar o Comando Geral de Greve foi um passo. O movimento se estendia por toda a costa báltica. Cidades como Szezecin e Elblag assumiam o "exemplo de Gdansk". Lech Walesa, um dos principais líderes grevistas declarou a esse respeito: "Não há tempo a perder, desde que 20 fábricas são representadas, façamos uma coordenação... ou melhor façamos uma plataforma comum, que defenderá junto às autoridades uma Comissão de Greve Central". E é o que está sendo feito. Os trabalhadores exigem discussão direta com os dirigentes do governo, não aceitando quaisquer intermediários, nem da parte das comissões das fábricas, nem da estrutura sindical. Exigem pois, que esse Comando de Greve, que é nacional e fortemente representativo (2 elementos por fábrica), seja reconhecido pela burocracia, podendo constituir-se assim num embrião de sindicatos livres do Estado, e canal centralizador das lutas atuais e futuras.

A direção stalinista sabe por seu turno, que se o fizer, estará assinando seu "atestado de óbito" político. Já bastante dividida, em função da crise interna e dos impasses no

campo do "plano" econômico, ela sofre um dilema: se não ceder aos operários, o movimento tende a alastrar-se mais ainda, pois os baixos salários continuarão - razão de explosão permanente -, e agora a existência, para a classe operária, de um organismo dela, (que centraliza neste momento 300 mil trabalhadores com o qual ela se identifica e confia suas lutas - o Comando de Greve é uma garantia. Se a burocracia atender ao reconhecimento desse mesmo Comando, enviando como o fez atualmente uma "alta personalidade" do partido para discutir pessoalmente com os trabalhadores (o vice-premiê M. Jagielski, que substituiu T. Pika), isso fortalecerá o próprio Comando, e que se tornará o instrumento do proletariado polonês.

A plataforma dos 16 pontos, pelo caráter socialista das reivindicações poderá transformar o Comando em futuros "soviets" - instrumentos de real poder da classe operária. Tendo-se em conta que concessões a nível de salários e congelamentos dos preços, significarão a agudização da crise econômica, conclue-se que aos stalinistas não restam muitas saídas. Há os que continuam a agitar o fenômeno da intervenção por parte da URSS, mas esta também não é uma solução, porque significaria uma repressão massiva onde muito sangue iria rolar e muitas cabeças de burocratas também.

Mostra disto é a destituição do primeiro-ministro Edward Babiuch e outros três altos dirigentes do Burô político, ocorrida em 24 de agosto. Na tentativa de ganhar tempo para melhor manobrar, Gierek declarava pela televisão: "A nova situação exige o reconhecimento do Comando Geral de Greve, e a realização de novas eleições em todas as empresas que os operários exijam. Elas serão democráticas e com voto secreto".

O desafio aberto pelos trabalhadores poloneses à sua burocracia, prova pois que o conteúdo das lutas o encaminham inevitavelmente para uma nova etapa da Revolução política - única capaz de derrubar os stalinistas e instalar uma real democracia socialista.



El Salvador:

## A preparação da greve geral insurrecional

Por Andreas Maia

A maturidade dos trabalhadores e revolucionários salvadorenhas vem sendo demonstrada por sucessivas greves nacionais e mobilizações combativas, como a recente greve nos setores de energia elétrica, e também pela unificação das principais organizações políticas e militares. O genocídio da Junta de Governo (com mais de 3 mil assassinatos desde que subiu ao poder em outubro de 1979), longe de parar o caminho da insurreição popular, a acelera. Por outro lado, o imperialismo vem preparando uma intervenção militar múltipla por meio de diversos aliados, inclusive a democracia cristã. Publicamos também nesta edição extratos do Acordo de Unidade das Organizações Político-Militares Salvadorenhas e da sua denúncia sobre como se prepara a intervenção militar do imperialismo.

Uma semana depois da Junta do Governo de El Salvador ter comemorado o "completo fracasso" da greve geral convocada pela Frente Democrática Revolucionária e de "agradecer os trabalhadores por terem escolhido a paz e terem rejeitado a violência", os militares decretam o "estado de emergência" em todo o país e militarizam os serviços públicos de eletricidade, água, telecomunicações e portos, para combater a greve dos trabalhadores do setor. A greve havia sido convocada para exigir a readmissão ao serviço de 35 trabalhadores demitidos, acusados de participação na greve geral de 13 de agosto. As forças militares da ditadura, ocuparam as principais usinas desalojando os trabalhadores grevistas que tinham cortado o fornecimento de energia elétrica. Ao mesmo tempo eram demitidos os principais líderes sindicais dos eletricitários.

Apesar do otimismo da junta militar que governa El Salva-

dor, a sua decomposição é evidente perante a combatividade crescente de um movimento operário e popular que vem acumulando forças.

## O movimento operário e popular não refluíu

A greve geral de 72 horas, convocada pela Frente Democrática Revolucionária (FDR), para o dia 13 último, aparentemente foi um fracasso. "Não estamos desesperados e nem desiludidos", declarou Saul Villata, principal dirigente da FDR, salientando que "com esta greve nacional, começamos esta etapa ofensiva e a esquerda ainda não gastou todas as suas balas". A greve não alcançou a paralisação esperada pela FDR, mas não fracassou. Várias cidades do leste tiveram os serviços paralisados, com grande número de trabalhadores aderindo à greve. E na capital, onde a situação era de aparente tranquilidade, a greve era sentida plenamente em todo o setor industrial que ficou paralisado.

Assim, longe de ter sido um completo fracasso, a greve geral do dia 13 vem se inserir num processo de acumulação de forças verificado desde o grande "paro nacional" de 24 e 25 de junho passados, onde cerca de 250 mil trabalhadores suspenderam 90% de toda atividade econômica, comercial e pública de El Salvador.

O proletariado continua fortemente mobilizado e a questão chave para a FDR a nova etapa de luta atingida pelo movimento operário e popular, que é de colocar por meio da greve de massas generalizada o problema do poder, o questionamento aberto da sanguinária ditadura militar-democrata cristã, demonstrando por sua vez quem pode governar El Salvador: ou os empresários e latifundiários por meio da junta e seus bandos



fascistas ou um governo operário e camponês revolucionário.

Conforme vêm ressaltando os dirigentes revolucionários, a questão agora de toda a greve é a preparação da insurreição.

## A decomposição do regime

É generalizada a convicção em toda a América Central de que no período de agosto-setembro, as forças de oposição revolucionária em El Salvador, iniciarão a ofensiva final contra o governo "cívico" militar. O

regime continua perdendo toda sua base de apoio inicial desde o golpe de 15 de outubro do ano passado, produzido por oficiais "moderados" das Forças Armadas. Com o objetivo de evitar a "radicalização", a junta militar teve não só o apoio dos Estados Unidos, como também dos empresários e da oposição moderada (a democracia cristã), assim como o "apoio condicional" do partido comunista.

De lá para cá, a junta decretou algumas reformas demagógicas no campo e a nacionalização dos bancos e do comércio exterior. Entretanto em janeiro deste ano, os membros civis da

Junta e todos os ministros renunciaram com acusações de que não havia na realidade reforma alguma. Por outro lado, o governo continuava omissivo perante as ações das forças de segurança e do terror branco dos paramilitares, financiado pelos latifundiários.

O regime acabou ficando com apenas uma base política, o partido Democrata-Cristão, que por sua vez cindiu-se, saindo toda a sua ala esquerda e popular. Os militares "moderados" são afastados na junta e substituídos pelo grupo do coronel Abdul Gutierrez, da linha dura. A partir daí, crescem os assassinatos de campo-

nesses e operários, os sequestros e torturas de membros da oposição, transformando El Salvador em um campo de extermínio.

## A unidade da oposição revolucionária

A grande vantagem que as classes dominantes salvadorenhas tiveram para impor a sua solução à crise social por meio da junta "cívico"-militar estava na desunião das forças revolucionárias. Entretanto, assim como na Nicarágua foi vital a unificação das três tendências da FSLN, em El Salvador a unidade se fazia inadiável.

São criadas as Coordenação Político-Militar e Coordenação Revolucionária de Massas, em janeiro, que dão a conhecer ao povo salvadorenho uma plataforma programática para um "governo democrático revolucionário", cujas definições aparecem mas radicais que as colocadas pela FSLN, antes da queda de Somoza. Ao lado da unificação das forças revolucionárias é criada também a Frente Democrática Revolucionária, englobando setores da pequena-burguesia opositora além de agremiações sindicais independentes (ver EM TEMPO n.º 110).

A partir daí, todas as organizações membros da CRM (BPR, LP-28, FAPU e UDN) funcionam com uma direção política única e com as frentes militares coordenadas para ter uma estratégia e direção militar unificadas com vistas à insurreição. Estes passos marcam um salto qualitativo na situação salvadorenha e aceleram a marcha para a única saída revolucionária possível demonstrada pelas greves: a de um governo operário e camponês.

## Imperialismo ianque e democracia-cristã tramam intervenção

Um pouco antes de se unificar totalmente, a Coordenação Político Militar divulgou um amplo manifesto intitulado "Acordo de Unidade das Organizações Político Militares Salvadorenhas", que entre outras coisas, denunciava os detalhes da preparação de uma intervenção militar por parte das forças imperialistas.

"Dispomos de informação suficiente para denunciar que o governo dos Estados Unidos ordenou a seus generais que preparem uma intervenção militar contra o povo salvadorenho e que, além disso, arrastou o governo democrata-cristão da Venezuela para participar na agressão", dizia o manifesto. "Se organizou com este fim um exército integrado por soldados porto-riquenhos e venezuelanos. Porto Rico é, dolorosamente para todos os latinos americanos, uma colônia dos E.U.A. e, atuando como seus amos, os imperialistas se dispõem agora a utilizar portori-

quenhos, enquanto seus capacidades democrata-cristãos lhes fornecem venezuelanos para realizar um trabalho sujo contra um povo irmão. Assim, está claro que o governo dos E.U.A. preferiria invadir El Salvador encobrendo-se em uma intervenção multilateral e justificando seu crime com um pretexto decente: pisotear nossa pátria em defesa de um governo democrático e reformador para evitar derramamento de sangue. Para facilitar ambas as coisas os imperialistas ianques encomendaram ao Partido Democrata Cristão a função de se incorporar à junta de Governo de nosso país. A alta direção democrata-cristã, principalmente o engenheiro José Napoleão Duarte, pactou este plano em Washington e os ajudou a enrustir o governo democrata-cristão da Venezuela".

"Denunciamos perante o mundo esta sinistra traição e estes propósitos agressivos. Eis aqui os fatos: já chegaram a

El Salvador, e se encontram desempenhando suas funções, instrutores militares enviados pelo governo Carter para adestrar as Forças Armadas na "técnica moderna da guerra de contra-insurreição". Foram destinados inicialmente três batalhões para receber dita instrução e converteram o chamado Centro de Instrução de Engenharia da Força Armada, situado na cidade de Zacatecoluca, em uma base estratégica, com helicópteros, tanques, artilharia e tropas especiais, para realizar este tipo de guerra, que consiste fundamentalmente em um brutal extermínio da população, acompanhado da destruição física arrasante, por meio de bombardeios aéreos, de artilharia e máquinas blindadas, como se pode ver recentemente em locais de Suchitoto, em áreas próximas da estrada Troncal del norte (perto de San Salvador), no norte de Chalatenango, em San Vicente, Cojuteque

e outras. Tudo isto de forma similar ao ocorrido em outras áreas do mundo, onde os imperialistas ianques empregaram suas técnicas de "contra-insurreição", embora colhendo com isso humilhantes derrotas, como é bem conhecido (...). Recentemente chegou a El Salvador um militar venezuelano de apelido Cardiza, para coordenar planos com o ministro da Defesa, coronel José Guillermo García. Enquanto isso, estão chegando envios de armas do governo de Herrera Campins (da Venezuela) pelo aeroporto de Ilopango. Grandes carregamentos de armas de fabricação norte-americana estão chegando em barcos israelenses no porto de Acajutla. Instrutores israelitas adestram em nosso país a Guarda Nacional. Assim, o governo de Israel, da mesma forma que fez com o apoio a Somoza, se presta a treinar os verdugos do povo salvadorenho e entregar-lhes as armas que o governo Carter prefere

não entregar diretamente, para não por a descoberto o duplo jogo de sua política hipócrita de "apoio" à democratização e às "reformas sociais", que cínica-mente está proclamando perante ao mundo no que diz respeito à El Salvador."

O manifesto denuncia também a presença dos mercenários de distintas origens, entre eles instrutores vietnamitas do "derrocado exército títere do imperialismo no Sul do Vietnã" e ex-guardas somozistas. O documento denuncia também os governos da Guatemala e Honduras de estarem ajudando o imperialismo, que com suas forças cercam as forças revolucionárias salvadorenhas em pontos próximos de suas fronteiras apoiando com armas, homens, etc.

Na parte final, o manifesto diz o seguinte: "Os povos tem direito ao governo e a organização social que eles mesmo escolheram. Os povos tem, em consequência, direito indiscutível à

revolução e a realizar por via revolucionária seus direitos negados, frente ao Poder que negou as vias pacíficas e que trata de afastá-los com as armas, como ocorre atualmente com o nosso povo. Frente aos agressores imperialistas e seus comparsas, e frente aos fascistas que realizam, cada um a sua maneira, o massacre contra o povo salvadorenho, levantamos muito alto nossa voz, nossa vontade inquebrantável de luta e nossas armas, para lançar esta palavra de ordem suprema: Libertação ou Morte! Unidos até a vitória final!"

A denúncia do manifesto é clara, dramática, e consequentemente classista, capaz de motivar os trabalhadores brasileiros e do mundo a um apoio solidário e mobilizador. A intervenção imperialista, camuflada de mil maneiras, não pode abortar este processo, não pode impedir o caminho do povo salvadorenho para a revolução socialista. (A.M.)

# A Verdadeira Mulher Nota 10

Lançado em S. Paulo um filme escrito, dirigido e montado pela cineasta Teresa Trautman, infelizmente ausente das telas por sete anos.

Por José Mario Ortiz Ramos

O filme "Os Homens que eu tive" passará para a história do cinema brasileiro como um dos muitos que sofreram a truculência da censura. Em 1973, no início de uma promissora carreira comercial - o filme conseguiu atrair entre agosto e dezembro daquele ano um público maior que "Joana Francesa" de Cacá Diegues por exemplo - foi abruptamente interdito por influência direta do general Antonio Bandeira. Obstruiu-se desta forma o desenvolvimento de uma jovem cineasta, coisa rara na selva cinematográfica brasileira, que tinha então 23 anos.

Agora o filme é relançado, e em S. Paulo aparece pela primeira vez mas com uma distribuição burramente equivocada. A distribuidora jogou o filme em dois cinemas do centro da cidade, no Rio Branco Sala Vermelha e no Art-Palácio, onde pupulam as produções carregadas de erotismo, ou vai lá, pornografia. Com sodomia, felação, grandes planos de nús frontais e outras atrações, como as de "A Noite das Taras" por exemplo, realmente "Os Homens..." não pode concorrer. Resultado: cinema às moscas, o público pasmado diante de um filme que perscuta as desandanças femininas no terreno afetivo.

A voz geral é que o filme de Teresa Trautman está anacrônico, ou que perdeu o pique. Acho que a discussão não deveria seguir esta via. O interessante é ver um filme de 73, em outra situação histórica e principalmente de mercado, sem a paranóia dos altos preços do negativo de hoje que força cada vez mais as produções de poucos recursos a pagar tributos às temáticas que garantem cenas de sexo explícitas, para obter sem erro o retorno do capital. Teresa fez um filme com 17 latas de negativo e em 17 dias, orçamento baixíssimo portanto, mas um filme extremamente pessoal, colocando em questão os fantasmas que a assolavam como mulher.

Em "Os Homens Que Eu Tive" a diretora está preocupada com a condição feminina, mas muito menos por adesão a causas feministas e mais pela sua vivência, suas indagações e influências - as referências ao movimento contracultural são explícitas na segunda parte do filme - sendo que o transbordamento

para o político só se dá na medida em que as transformações individuais devem constituir parte primordial de qualquer processo de mudança social, mas aí já é um outro papo. O que Teresa Trautman investiga são as saídas em termos amorosos, dentro de uma perspectiva que escape dos laços coercitivos econômicos-sociais do casamento. Para sofisticar, seu filme estaria mais para Wilhelm Reich que para as políticas feministas de quaisquer colorações.

Dentro deste enfoque o filme vai calma e sensivelmente traçando as andanças de Pity (Darlene Glória) pelos infernos e paraísos das relações paralelas ao casamento, do montador de cinema ao pintor marginal. Uma narradora vai esclarecendo, aliás desnecessariamente, as transformações interiores da personagem, até a reta final com o filho que vem chegando e o fechamento do círculo entre o mais importante e o "último" homem da vida de Pity.

É gratificante, diante da incompetência generalizada de hoje, constatar a habilidade de Teresa em traçar detalhes, vivenciais costurando um cotidiano que vai surgindo vivo para o espectador, envolvendo-o, agarrando-o pelo coração. Melhor ainda é rever uma atriz natural e deslumbrante como Darlene Glória que neste torvelinho que foi a década de 70 acabou indo ser pregadora da Assembléia de Deus em Brasília.

"Os Homens Que Eu Tive" se visto como um filme que pretenda revelar a opressão feminina está realmente superado (ver "A Mulher Que inventou o Amor" - EM TEMPO n.º 109), como também ultrapassado sob o prisma de grandes ousadias sexuais. No entanto suas intenções situam-se muito mais no plano das repercussões interiores dos relacionamentos do ponto de vista da mulher, e neste terreno é bem sucedido.

Quanto a Teresa Trautman talvez fosse mais interessante afastar um pouco a sua condição de mártir da repressão e aquilatar as suas qualidades concretas de cineasta, com as quais só tomamos contato agora, mas que dispensam as condescendências que advêm da sua condição de perseguida pelos opressores de plantão que ditaram a política cultural deste país.

## Darlene e Teresa: Entre a Loucura e a Censura



Darlene com Arduíno Colassanti em "Os homens que eu tive", de Teresa Trautman.

No início dos anos 70 o baixo astral dos meios artísticos, intelectuais e de esquerda era sufocante. Tempos de falar pelos cantos, de encontros em bares marginalizados - quem não se lembra do Ponto Quatro em S. Paulo? - uma curiosa simbiose unindo os pirados, adeptos de um movimento frágil como foi a "Contracultura", com os setores de oposição política.

No campo cinematográfico a situação não diferia muito do clima geral de sufoco. O cinema marginal paulista (o chamado "underground" ou "udigrudi") já afundara de vez e a censura comia solta proibindo até o "São Bernardo" de Leon Hirzman. Os argumentos para a interdição? Sem ao menos se ruborizarem diziam que o personagem Paulo Honório, criado pelo mestre Graciliano Ramos, dizia um palavrão que o público não podia ouvir. Detalhe: o palavrão estava na obra original adotada em todas as escolas do país.

É neste ambiente tenso e repressivo que em 1973 duas mulheres se encontram para a realização de "Os Homens

que eu Tive". Darlene Glória, no auge do sucesso com o filme "Toda Nudez será Castigada", se transformando numa estrela-símbolo. Uma explosiva sensibilidade intuitiva diziam todos. Teresa Trautman, que havia apenas realizado um episódio de "Fantastikon, os Deuses do Sexo" (1970) partia decidida para o seu primeiro longa-metragem.

Hoje, sete anos depois, na virada da década, talvez fosse interessante um balanço das duas diante das suas trajetórias. É a própria Teresa quem depõe para a revista "Filme Cultura": "Escrevi 'Os Homens que eu Tive' para a Leila Diniz, mas ela morreu. Depois de tentar mais de vinte atrizes, decidi pela Darlene. A crítica, metade caiu dura e a outra metade aplaudiu. Aí vai, o filme foi interdito e até hoje... Isso foi em 73. Em 75, fiz um episódio de 'Deliciosas Traições do Amor', baseado no mar quês de Sade. Meu episódio se chama 'Dois é bom, Quatro é melhor' e tem vinte minutos. Foram feitos quatro cortes. Quando vieram me entrevistar eu disse: 'Olha, quando você vê os cortes feitos

no seu filme é como alguém pegar o seu filho e dizer: da orelhinha eu não gosto, nem do dedinho... E aí cortarem". Em 77 eu fiz o curta "O Caso Rushi". E há dois anos estou tentando filmar "Os Saltimbancos", aquele musical infantil do Chico Buarque".

Darlene, de quem se esperava uma maturidade artística tranquila não teve um destino muito mais feliz que o de Teresa Trautman. Casada com um pastor em Brasília ela declarou ao jornal **Lampião**: "Eu acreditava que quando conseguisse o sucesso seria uma mulher realizada. Acreditava assim mas não aconteceu desta maneira. ...aí começou a entrar um pouco de loucura, porque eu comecei a beber. Depois veio o LSD, aquelas drogas, a **tropicália**. Eu provei a droga e me tornei viciada. Eu fumava, cocaína. Eu morei no "Solar da Fossa" na época áurea. Os meus amigos eram pessoas fracas e não podiam me ajudar. Eu via cada um mais louco que o outro. Mas eu vivia uma realidade e uma irrealidade. Nas revistas estava rindo maravilhosa, mas por duas vezes bati louca em hospital psiquiátrico". E para o furor das feministas faz questão de complementar os traços da sua vida hoje como esposa e pregadora: "Quem durante 33 anos foi dona de seu nariz, pagou seu INPS, sua conta de luz, colégio de filhos, aluguel de casa, e um dia tem um marido, que segundo os padrões bíblicos a sustenta, é a coisa mais maravilhosa do mundo. Jesus, como é bom dormir um pouquinho depois do almoço! Ser dona-de-casa, ser mãe, ser esposa! Estou contente de ter um lar, gosto de ser submissa."

É, parece que se a sociedade já não é muito generosa com o sexo feminino, o cinema brasileiro faz questão de ser mais implacável ainda. Além das duas trajetórias relatadas, trágicas à sua maneira, ainda perdemos Leila Diniz num desastre aéreo e a suave Adriana Prieto se estourou solitariamente com o seu automóvel, numa madrugada qualquer de um verão carioca. (J.M.O.R.)

# As estrangeiras no exílio

Os problemas que as mulheres enfrentam nos países onde são estrangeiras, principalmente quando são exiladas

Por Márcia Lins

**Graziela, argentina: "em meu país as mulheres são 1/3 dos presos, 1/3 dos mortos e 1/3 dos desaparecidos."**

## Porque o Brasil

Escolhi o Brasil para me asilar porque é o único país do Cone Sul onde podem refugiar-se latino-americanos perseguidos: argentinos, uruguaios, paraguaios, chilenos. Não sei se depois da nova Lei sobre Estrangeiros isto vai continuar, mas até o momento só existe o Brasil. A decisão de partir nem sempre é tranquila: um dia se chega em casa e está tudo revirado, vasculhado. Então se sabe que é hora de partir. Quem tem documentos pode sair legalmente, de avião. Os outros procuram atravessar a fronteira entre as muitas pessoas que vêm ao Brasil fazer compras.

A maioria das pessoas que vêm para o Brasil desconhecem a existência de um escritório do Alto Comissariado da ONU.

Para um refugiado latino-americano é muito difícil conseguir um emprego. Há uma grande dificuldade para legalizar os papéis, a burocracia é inacreditável. Somente um pequeno número de refugiados conseguiu a residência. A maioria trabalha em condições de sub-emprego.

Nós mulheres, temos dificuldades maiores, pois a maioria é composta de donas de casa e professoras, o que limita bastante as possibilidades de um bom salário.

## Como vive uma estrangeira.

Algumas mulheres, cujos maridos desapareceram, vieram para o Brasil com os filhos, outras mandaram buscá-los depois. Nestas condições é mais difícil recomeçar: há problemas de adaptação, - escola e até documentação, pois muitas crianças perdem seus papéis ao deixar suas casas. Alugar uma casa é muito complicado. Geralmente não conseguimos viver sozinhas, mas assim em casas coletivas, alugadas por uma de nós mediante depósito de uma certa quantia. Algumas vezes as imobiliárias exigem uma garantia; como a maioria não tem uma situação regular, a casa é alugada por outra pessoa, geralmente um amigo.

A partir da nova lei, a situação agravou-se. Há muitas companheiras que, ao tentarem alugar uma casa ou renovar o contrato se viram diante da resposta de que isso só seria possível depois de agosto, prazo da aprovação da lei sobre estrangeiros.

## Mulheres de desaparecidos

O problema dos desaparecidos se coloca em dois níveis: a situação psicológica da mulher e dos filhos, e a questão jurídica. O governo argentino pretendeu dar uma solução ao problema fazendo uma lei que é aberrante sob todos os aspectos: pedir a declaração de falecimento de um desaparecido pode significar sua morte. Qual seria o interesse de manter vivo alguém que já está legalmente morto? A única solução possível é que o governo apresente uma lista oficial de desaparecidos e a situação em que se encontram.

## As ameaças da lei.

No Brasil, o que tenho notado é muita solidariedade por parte do povo, o que, não representa uma garantia diante da nova lei. A partir dela tenho notado a dúvida das pessoas, das imobiliárias que aguardam sua aprovação para decidirem como agir em relação aos estrangeiros. As dificuldades burocráticas aumentaram: a maioria dos pedidos de residências estão parados.

Há ainda as pichações de muros dizendo "Fora Estrangeiros", mas não acredito que expressem os sentimentos do povo brasileiro.

Esta situação de insegurança criada pela nova lei agrava de tal maneira o problema do refugiado que muitos já pensam em fazer as malas e partir. Há um temor generalizado do que acontecerá aos que permanecerem no país como já aconteceu diversas vezes, em outras ocasiões na região do Cone Sul. Para os que não possuem documentação legal e pretendem deixar o Brasil a única solução é o pedido de refúgio através da ONU. Aos que

conservaram o passaporte coloca-se a questão financeira, pois a maioria não tem dinheiro para viajar e se instalar em outro país.

A incerteza do que acontecerá a partir da nova lei e a perspectiva de recomeçar a vida em outro país são problemas que preocupam os estrangeiros. A maioria veio para o Brasil pensando em ficar; muitos conseguiram organizar uma vida estável, principalmente pela proximidade da família, há sempre a possibilidade de contato e de ajuda. Partir significa enfrentar novas dificuldades de adaptação e distanciar-se mais ainda da família e do país de origem.

O CBS - Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América-Latina tem procurado desenvolver um trabalho no sentido de assessorar e orientar juridicamente os refugiados que pretendem continuar no Brasil, constituindo-se num órgão de ajuda efetiva às pessoas atingidas pela lei.

**Cristina, brasileira: "disfarcei minha gravidez para poder sair do Chile."**

Meu primeiro país de exílio foi o Chile. Fui para lá com um filho, encontrar meu marido. Ele já tinha conseguido casa, emprego e a acolhida foi ótima, pois era o governo da Unidade Popular.

No início tive dificuldades em conseguir emprego. Trabalhei fazendo bicos, como intérprete e só alguns meses depois consegui um contrato com uma Universidade, no sul do Chile. Eu e meu marido trabalhávamos no mesmo departamento da Universidade e apesar de ter mais títulos que ele, era impensável que fosse eu a escolhida para o cargo de chefe, o que mostra discriminação da mulher, mesmo no governo de Salvador Allende. Logo depois veio o golpe e nós fomos para a França. Ficamos em pequenas Municipalidades, onde recebemos todo o apoio.

Não tivemos problema de emprego: eu fui trabalhar em uma Faculdade de Ciências e meu marido em Vincennes. Algum tempo depois fomos para o interior, eu como professora convidada e contratada. Lá eu participei do movimento feminista, fazendo inclusive algumas palestras sobre a situação da mulher na América-Latina.

Meu contrato terminou e não era renovável. Eu deveria fazer uma tese de doutorado para poder trabalhar como pesquisadora ligada ao CNRS, órgão de pesquisas francesas. Neste meio tempo vivi com um salário de ajuda de Assistência Social. Tinha que me apresentar uma vez por semana na Municipalidade para assinar a folha de presença e dizer que ainda não tinha conseguido emprego. Como minha Carta de Trabalho dizia que eu era professora só poderia procurar emprego como tal. Quando vim embora dei baixa nos meus papéis e expliquei que não tinha mais necessidade daquela ajuda pois estava voltando para meu país. O funcionário teve então uma atitude muito simpática, dizendo que me daria dois meses de salário da Assistência Social para ajudar minha instalação no Brasil.

São Paulo

## O protesto contra Videla

Diá 21 de agosto 500 mulheres vestidas de negro com lenços brancos na cabeça saem em passeata pelas ruas de São Paulo protestando contra a presença de Videla no Brasil. Essas mulheres representam as "Locas da Plaza de Mayo" - mães e parentes de prisioneiros mortos pela ditadura Argentina.

No preto o luto, no lenço os nomes dos desaparecidos, nas mãos cartazes e faixas com palavras de ordem. Onde estão os brasileiros desaparecidos na Argentina?", "Mulheres contra a complicidade das ditaduras", "Argentinos e brasileiros, a mesma luta, a mesma dor", "Onde estão os argentinos desaparecidos no Brasil?"; e em toda a passeata o silêncio da dor, quebrado somente pelo som das matracas.

A marcha era encabeçada por parentes de brasileiros desaparecidos na Argentina, que choravam muito lembrando de seus filhos.

Durante o trajeto, do Teatro Municipal ao



## Os filhos de refugiados

Sai do Chile grávida de sete meses, e meu maior medo era que meu filho nascesse lá. Para viajar eu falsifiquei um certificado de gravidez e fui para o aeroporto de cinta, disfarçando a barriga. Meu filho nasceu na França e eu tive todo o apoio das mulheres da Municipalidade, que vestiram meu filho até um ano de idade.

A questão do registro foi excepcional. Normalmente os filhos de refugiados eram apátridas pois o consulado brasileiro não os registrava. Assim meu marido, que mal falava o francês, foi registra-lo, na prefeitura acompanhado de um amigo francês. O funcionário achando que ele também era francês deu a nacionalidade francesa à criança.

## A burocracia francesa.

Na França eu senti muito a solidariedade das pessoas. Além disso havia todo um arcabouço legal que permitia ao estrangeiro refugiado se situar no país dentro de um quadro institucional.

Houve dificuldades com papéis: durante dois anos não tive carta de permanência, tinha que renová-la a cada três meses. Também tive dificuldades para obter a carta de trabalho, mas a experiência mostra que o problema é tão ou mais grave nos países da América Latina.

Largo São Francisco, o lento cortejo era engrossado por milhares de populares e saudado por papéis picados que caíam dos prédios.

No Largo São Francisco cerca de 2 mil pessoas realizaram um ato público onde foi lido um manifesto explicando o significado daquela passeata fúnebre. Manoel da Conceição lembrou os sindicalistas mortos pela ditadura; os homossexuais denunciaram o assassinato de milhares de homossexuais na Argentina, a UNE se manifestou contra a perseguição e morte de estudantes. Leda Marques dos Santos leu a lista de 13 brasileiros desaparecidos (ela é irmã de Sidney Fix dos Santos assassinado em 1977), Doralina Santa Cruz leu a lista dos 30 mil argentinos desaparecidos (ela é irmã de Fernando Santa Cruz, assassinado em 1974):

"Participar da política mais geral também diz respeito às mulheres e essa passeata provou isso.", concluiu Doralina.

Apesar das facilidades que encontrei na Europa, considero que o exílio na América Latina é muito mais produtivo. No Chile as dificuldades materiais eram maiores, mas o trabalho era muito gratificante, a identificação com o povo muito maior, e havia a satisfação da proximidade psicológica com o Brasil, com a família, enfim, com as próprias origens culturais.

**Teresa, brasileira: viúva de um vivo, casada com um morto**

Depois que sai do Brasil, vivi no Chile, Panamá e Bélgica. As dificuldades legais dos estrangeiros eram muitas, embora eu tivesse a vantagem de continuar com o passaporte. Mas, ainda assim, a legalização no Chile não foi possível de início - eu passei um ano indo, de três em três meses, à Argentina, para ter visto de turista. Depois, consegui trabalhar sob contrato e pude regularizar minha situação.

O Zé, meu companheiro, não conseguiu se legalizar no Chile porque havia sido banido para o México e nunca teve direito a residência. Viveu durante dois anos como clandestino. Depois do Golpe, fomos para o Panamá. Lá, nos deram somente o exílio de trânsito: não podíamos trabalhar nem fixar residência. Grávida, esperamos meu filho nascer e fomos para a Bélgica.

Eu continuava com meu passaporte e, mesmo assim, pude obter o direito a residência como refugiada, direito esse reconhecido pela PNU. No Panamá, com o nascimento do meu filho, meu companheiro e eu nos casamos na Igreja, para facilitar o reconhecimento da criança e a legalização da nossa situação.

Na Bélgica, tivemos problemas por desconhecer as leis do país, os direitos e as garantias dos refugiados. Depois de dois anos, nós organizamos a Casa Latino Americana, que tinha por objetivo encaminhar os refugiados que chegavam.

Meu maior problema em termos legais aconteceu quando meu filho nasceu. Ele foi registrado como panamenho porque a Embaixada do Brasil argumentava que o Zé, pai do menino, estava morto (banido) e, portanto, não podia ter filhos. Se quisesse registra-lo como brasileiro, teria que ser em nome do meu primeiro marido, desaparecido desde 1972. Isto, porque a Justiça considera que os filhos de uma mulher casada são do marido, a não ser que este negue a paternidade. No meu caso, isso é impossível. Assim, durante anos vivi como viúva de um vivo (desaparecido) e esposa de um morto (banido)

## Trabalhar é difícil

Trabalhar na Europa é muito difícil. Como eu não tinha nenhum diploma, só conseguia pequenos serviços: trabalhava como sub-empregada e a partir do momento em que obtive um título universitário belga, consegui um bom emprego no Mercado Comum Europeu.

Viver longe do país de origem é sempre muito difícil, apesar de, na América Latina, a integração ser bem mais fácil por questões que vão desde o aprendizado da língua até a identificação de problemas e necessidades comuns. A solidariedade do povo é maior e o simples fato de estar próxima de meu país me parecia fundamental.

Na Europa os governos dão apoio legal necessário, mas o entrosamento com o povo é muito penoso. Quando cheguei à Bélgica fui para o interior, viver com uma família belga. A situação era deprimente pois eles encaravam o apoio que nos davam como uma caridade.

Ser estrangeiro, longe da terra, da família, de tudo, é muito duro. Antes de viver a experiência, eu imaginava que a adaptação em outro país era fácil. Hoje, sei que não é bem assim e que só a solidariedade não basta. É preciso um suporte legal que esta nova lei dos estrangeiros no Brasil não dá. Ao contrário, ela estimula a delação de estrangeiros, o que é muito perigoso. Nós, brasileiros, vivemos isso no Chile. Depois do golpe, o governo pedia que a população local denunciasse os estrangeiros, considerando-os os causadores de todos os problemas econômicos e de desemprego do país. Pela minha experiência, acho que essa situação não deve repetir-se.

# O esquadrão dos maridos

Um novo esquadrão da morte age impune na sociedade brasileira: o esquadrão dos maridos ciumentos. Tão violentos quanto o famigerado grupo de torturadores do Fleury, mas muito mais ilustre pois conta em suas fileiras com um herdeiro de nossa burguesia crioula, além de representantes da tradicional família mineira.

Os precursores do esquadrão lavaram sua honra e permaneceram impunes. O que acontecerá com seus sucessores?

A tradicional família mineira é pródiga em exemplos da hipocrisia do "lar doce lar" do qual as mulheres são supostamente rainhas. Mas o record regional indica um fato cotidiano: a violência na sociedade brasileira é violência da classe e é também violência sexista. E esta é a face mais negra da opressão sexual.

Mas por que a opressão sexual? A resposta é difícil. "O corpo só se torna uma força útil quando é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submetido", diz Foucault. Esta é a história das mulheres: ter seu corpo submetido para reproduzir. E a submissão é conseguida pela força (as leis, ou pela força das idéias a moral).

Assim tanto quanto o código civil, o mito da mulher esposa fiel e mãe admirável, eternamente serva do marido presta para aprisionar as mulheres no seu papel de reprodutores obedientes ao seu amo e senhor. Aquelas que transgridem o código de honra são punidas com a morte.

A denúncia das violências de que são vítimas as mulheres, dos espancamentos, dos estupro, dos assassinatos vem sendo feita pelos grupos de mulheres em todo o mundo.

Das denúncias surgiram as propostas de casas de mulheres, de SOS telefônico que permita às vítimas romper seu isolamento, buscar ajuda, conhecer seus direitos e até encontrar apoio para fugir ao martírio cotidiano.

No Brasil os primeiros projetos para casas de mulheres e permanências de tipo SOS apenas começam a ser discutidos pelos grupos feministas.

A tragédia de Minas, a denúncia das mulheres mineiras recolocam o problema: desmascarar a dupla moral sexual que reduz as mulheres a um visual a ser manipulado, comprado e destruído e que dá aos homens plenos poderes sobre a vida das mulheres.

(Elizabeth Souza Lobo)



Maria Regina assassinada

Quando na madrugada do dia 26 de julho, o engenheiro Márcio Stancioli descarregou, por duas vezes, seu revólver "Taurus" calibre 38 em sua mulher, Eloisa Balesteros Stancioli, certamente não pensou que seu "crime passionnal" seria o pivô e ponto de partida para um debate sobre o machismo e violência que hora se trava em particular em Belo Horizonte e muito menos, que a partir daí as mulheres mineiras viriam construir uma entidade para defender seus direitos.

"A prostituta escarlate da Babilônia", assim Evandro Lins e Silva, converteu de vítima à ré Ângela Diniz, assassinada em 76. E na justificativa de "legítima defesa da honra", Doca Raul Street foi absolvido. Por traz deste "crime por amor", corriam interesses escusos, nos quais Doca estava envolvido em uma poderosa rede internacional de tráfico de drogas. A imprensa, em sua maioria, encarregou-se, antes mesmo do júri, de absorver Doca e por conseguinte, condenar Ângela.

O engenheiro Stancioli, sabiamente instruído pelo criminalista Ariosvaldo Campos Pires, conhecido por seus malabarismos quando da absolvição do empresário mineiro Roberto Lobato, por ter assassinado sua mulher João se apresentar após seis dias do crime, para um depoimento de 12 horas, buscava ser um novo Doca Street, outro que matou em legítima defesa da honra. Ao contrário do crime de Búzios, o caso Stancioli não goza da simpatia da opinião pública. Eloisa Balesteros de vítima, ainda não se transformou em ré, sem direito de defesa. E o engenheiro bem sucedido, com seu salário mensal de 180 mil cruzeiros, não é primeira página da revista "Fatos e Fotos", como foi Doca, anunciando um futuro livro de memórias sobre sua vida com Ângela.

Os crimes são justificados pelas mesmas razões: ciúme doentio, traição, amor não correspondido. Mas não se dá sempre de forma idêntica: Stancioli não conta, antes de tudo, com os amigos poderosos de Doca, trabalhando nos bastidores. E sobretudo, o movimento das mulheres mineiras, que chamaram a si a responsabilidade da condenação de Stancioli, na busca de manter vivas as Eloisas, Jôes, Reginas, Angelas, de manter enfim a dignidade feminina.

Mas a violência contra as mulheres não se restringiu ao "caso Stancioli: no dia 11 de agosto, Maria Regina Rocha, por ter a ousadia de propor desquite a seu marido, o paisagista Eduardo Rocha, também foi assassinada por seis tiros. Outros três crimes "passionais" ocorreram em agosto na capital mineira, embora, pela condição sócio-econômica de seus protagonistas, não ganharam destaque nos jornais. Para estes João Ninguém, como bem definiu o jornalista mineiro Celius Aulicus, "um dia diante de um júri popular composto de banqueiros, negociantes, e mais gente apressada, todos querendo verem-se livres daquela chateação,

eles ouvirão a acusação feroz do promotor e a defesa chocha de um advogado de ofício, com honorários fixos pagos pelo Estado, possivelmente um neófito recém saído dos exames de Ordem. E todas as agravantes lhe serão impostas por tão feio crime".

Entre as pichações de "Abaixo a Ditadura", "Viva o PT", Ato Público de Protesto, Dia tal, tantas horas..." surgiu em princípios de agosto uma nova e polêmica pichação, em um muro qualquer de BH: "Se se ama, não se mata". Tirando a máscara, nesta frase que a primeira vista pode aparentar banal, dos que buscamos justificar suas fraquezas, seu machismo, sua violência, no amor.

A discussão dos crimes passionais alcançou e alcança as filas de ônibus, os caixas de supermercados, as mesas de bar, durante o mês de agosto e até hoje. O jornal Estado de Minas, além da cobertura cotidiana dos crimes, abriu suas páginas para depoimentos de homens e mulheres, sobre o caso Stancioli. No total: 36 pessoas condenaram em diferentes graus, com diferentes argumentos, a violência e o machismo.

Enquanto isso na Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, cerca de trinta mulheres, entre elas professoras, estudantes, donas-de-casa, jornalistas, decidiram pela realização de um Ato Público e missa em memória das vítimas do machismo mineiro. No Ato, várias entidades, associações de classe, partidos políticos, manifestaram seu apoio ao movimento feminino que se formava a partir daquele momento. As 500 lá reunidas criaram o Centro de Defesa dos Direitos das Mulheres. Para a socióloga Celina Albano, líder do movimento, o objetivo é que o Centro seja "um lugar de discussão e reflexão, um espaço de defesa contra a violência de que somos vítimas cotidianamente. Ele deve encaminhar, por exemplo, a discussão sobre legislação trabalhista, fazer denúncias que julgar pertinente, interferir nas discussões jurídicas e dar suporte à busca de soluções dos problemas que as mulheres vivem no dia a dia".

Na primeira reunião do Centro, as mulheres presentes e alguns poucos homens, procuraram definir o papel da entidade e seu funcionamento. Desta forma, cinco comissões foram formadas: imprensa, legislação, arquivo e documentação, e plano de ação.

A criação de um boletim informativo entre as associadas, a venda dos jornais alternativos e de publicações específicas sobre a luta feminina são as principais tarefas da comissão de imprensa. A comissão de legislação tem como objetivo imediato a criação jurídica do Centro, bem como estudar formas de atendimento às vítimas da violência.

Sobre o plano de ação, serão realizados debates e conferências sobre alguns pontos considerados prioritários e a partir daí se definirão os princípios da entidade.

Da Sucursal



Em Minas, o protesto nas ruas

## Um caso, dos muitos sem repercussão

"Esmeralda Vigia Dias, 24 anos, estudante do 4º ano de jornalismo na Faculdade de Objetivo, casada há 9 meses com Jucá, cearense, bancário, formado em administração de empresas, de temperamento muito agressivo e muito ciumento.

Todos os dias Jucá levava Esmeralda para a escola às 19 horas, e ficava esperando no carro até a hora que ela saía, às 23 horas, controlando todos os seus movimentos e amizades.

Em sua lua-de-mel, Esmeralda sofre seu primeiro espancamento. Depois de cada surra Jucá chorava pedia desculpas, e prometia não bater mais, promessa que nunca cumpria. Durante os nove meses de casada Esmeralda foi espancada inúmeras vezes, e depois de cada espancamento Jucá a obrigava a sair com ele sorrindo, para mostrar a todos que tudo estava bem.

Não aguentando mais a situação Esmeralda resolveu abandonar Jucá, voltando a morar na casa dos pais. Numa tentativa de se readaptar a nova vida, de se reencontrar, Esmeralda participou de um Encontro de

Jovens na paróquia de seu bairro. Assim que soube Jucá foi procurá-la e arrependido apelou para o espírito cristão da mulher, marcando um papo sobre o relacionamento dos dois para o almoço de sexta-feira.

No dia marcada Jucá vai buscar Esmeralda na fábrica de móveis onde ela trabalhava, na Lapa, e foram almoçar juntos. No caminho começam as brigas. Jucá bate em Esmeralda, tenta estragá-la, e quando ela estava quase sem sentidos, desfere três facadas: uma no olho, uma no pescoço, e a terceira na altura do coração. Nesse instante os populares resolvem intervir, prendem Jucá e levam Esmeralda para o hospital, onde fica quatro dias na UTI, sofre 30 transfusões de sangue e, não resistindo, morre quarta-feira dia 13 de agosto.

Jucá é preso em flagrante, e aguarda julgamento. Seus rendimentos não são suficientes para pagar um grande advogado, o que não constitui um grande problema para ele, já que quatro advogados foram procurados se oferecendo para cuidar do caso." (Depoimento de Gilberto Trida, colega de classe de Esmeralda).

## Mulher, profissão jornalreira, vitimada pelos fascistas

Tereza, jornalista do Itaim Paulista teve sua banca queimada em virtude de um atentado do terrorismo de direita fala ao EM TEMPO.

- Como foi o atentado na sua banca?  
- Quando eu vim abrir a banca tinha um bilhete colado na porta que dizia o seguinte: "Sr. Jornaleiro, talvez o Sr. não saiba mas vendendo alguns ou todos os jornais abaixo relacionados está colaborando para a proliferação do comunismo em nosso país. Em nome da nação exigimos que pare imediatamente com as vendas. Pasquim, Em Tempo, Movimento, O Trabalho, O Trabalhador, Companheiro, etc. Caso o Sr. não atenda nossa exigência, seremos obrigados a tomar medidas drásticas". Ai, eu peguei o panfleto e fiquei com medo. A porta da banca estava meio quebrada em baixo e eu mandei arrumar. Fui na 15ª delegacia e dei parte. Disseram que iam mandar para o DEOPS. Ai eu fiquei pensando, "Não vou mais vender". Fui na agência saber se mais alguém recebeu o panfleto. Mas ninguém comentou nada. Fiquei naquela, um dia expunha os jornais, noutro eu escondia, depois tornava a expor, até que resolver não ligar mais. Passou um mês, e aconteceu o atentado. Botaram fogo na banca e não ficou nem a carcaça.

- E como e que você fez para comprar a nova banca?

- Os jornais ameaçados me ajudaram. Eles me deram Cr\$ 80.000,00 como ajuda inicial, e agora eles vão tentar fazer um bônus para conseguir mais dinheiro. Com os Cr\$ ..... 80.000,00 dei de entrada nessa banca e estou pagando as prestações.

- E os jornais citados no panfleto, você ainda está vendendo ou resolveu parar?

- Parar. Existe o medo. Nós não temos nenhuma segurança. Por outro lado eu acho absurdo a banca do aeroporto parar de vender, lá eles tem segurança porque ninguém vai botar fogo no meio do aeroporto, mas aqui não dá não.

- Mudando de assunto, porque você, enquanto mulher, escolheu essa profissão de jornalista?

- Porque nunca tive muito talento para bater a máquina.

- E como é que é uma mulher nessa profissão. Você recebe muitas cantadas, você acha que o fato de ser mulher dificulta as coisas?

- Cantadas recebo sim, mas não acho ruim não, acho até que o fato de ser mulher facilita as coisas. Se o freguês é homem trata a gente com delicadeza, se é mulher trata de igual para igual. Acho que o fato de ser mulher só ajuda.

- Uma última pergunta, corre a notícia que a polícia vai sair por aí recolhendo revistas pornográficas. Já passou alguém por aqui?

- Pois é, eu só estou sabendo disso por ouvir falar. Por aqui ninguém passou. O problema é que não estipulam quais são as revistas pornográficas. O que é esse pornográfico? Se se permite a circulação, a censura libera a revista e permite a distribuição a gente tá para vender. Agora, começam a recolher na banca e a gente é que paga outra vez. Porque tudo que está aqui a gente paga na hora que recebe. O prejuízo com a queima da banca foi grande porque tudo já estava pago, e as editoras não querem saber. Agora vem a polícia e recolhe as revistas pornográficas que eu já paguei. Qual é?

# Do "aparelho" ao lar...doce lar

A trajetória habitacional de um segmento da nova esquerda

Por Lúcio e Joaquim Soriano

*"Já não se trata mais de criar as condições elementares para a vida humana: o nosso objetivo imediato é, desde logo, chegar efetivamente a esta última... Marx disse que, transformando o mundo, os homens se transformam a si mesmos. Não modificaremos substancialmente a sua frase se afirmarmos agora que não podemos transformar o mundo se, ao mesmo tempo não nos transformarmos nós mesmos".*

Agnes Heller - "O cotidiano e a história" - pág 117

Ao começar estes comentários com uma citação prévia de Agnes Heller (1), quisemos deixar clara nossa intenção: não a de um "criticismo estéril" (ou algo parecido) mas, analisando esta realidade, partimos juntos para uma nova alternativa.

Não pretendemos tampouco explicar longamente aqui porque desenvolvemos este tema e não outro de "política mais geral" (no que aqui se toca está implícita a crítica à noção da família atual, do casal atual e das consequências que, na vida material, estes "aparelhos ideológicos" acarretam, seria o caso de dirigir-se ao "Origem da Propriedade Privada, da Família..." de Engels ou aos numerosos livros que hoje existem tocando este assunto).

## No início era o lar...

Partimos pois do marco político mais geral da época: o início da nova esquerda, a partir das rupturas com o PCB, a criação da POLOP e os demais "quebras", formando vários novos grupos políticos.

O que nos interessa destacar é que os "quebras" que então se produziram tinham sua origem no aparecimento da Revolução Cubana, do "Che", assim como na existência do conflito sino-soviético.

Daí uma análise da situação nacional e a consequência tirada era a de que as condições para a Revolução existiam: o dilema era posto em torno da "Reforma versus Revolução".

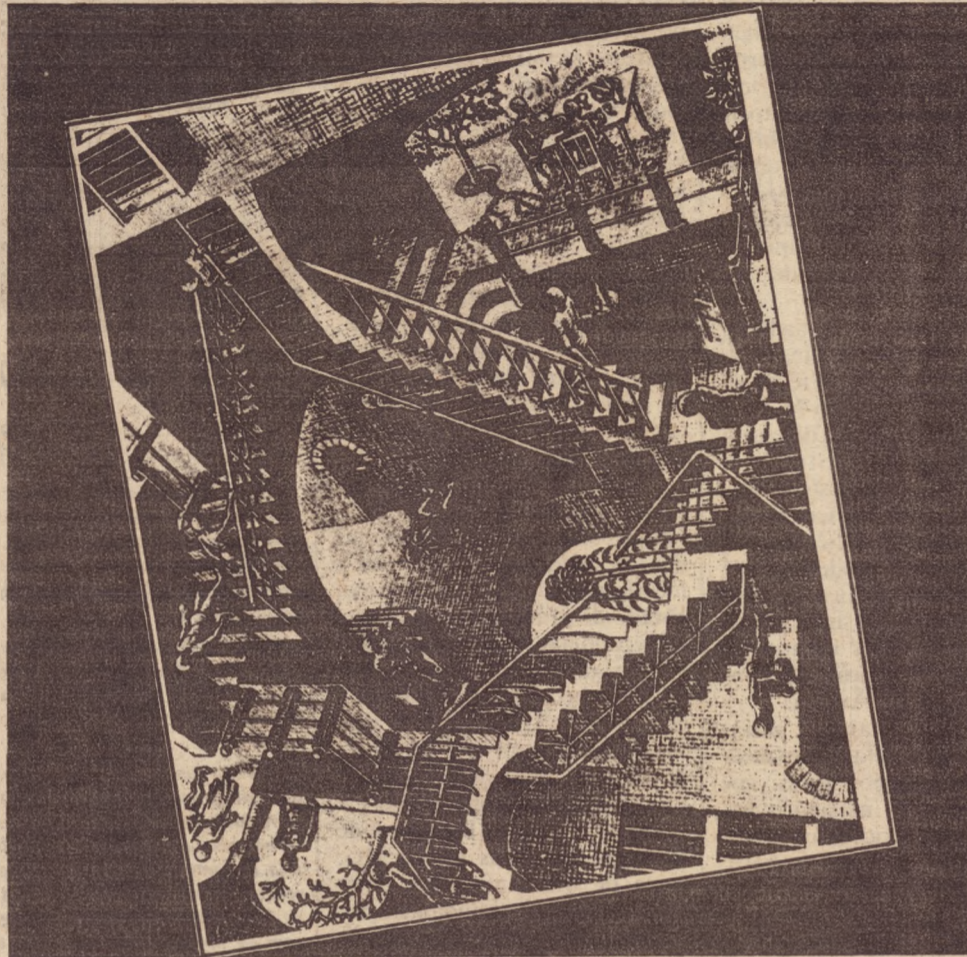
A partir deste marco é que se norteava a prática política do(a) militante daquele tempo.

Depois houveram as decisões tomadas, a teoria levada à prática. E desde esta época até hoje muita água passou debaixo da ponte ("o tempo é a irreversibilidade dos acontecimentos" (2), mas não o pode ser da memória do vivido, do contrário a absorção das experiências com fins à prática futura se perde).

A nível internacional não foram poucas as "mudanças": a Vitória do Vietnã (e posterior integração ao bloco soviético); descrédito crescente do mundo socialista existente, fortalecimento de uma oposição de esquerda neste mesmo país e, mais recentemente a "remodelação" do modelo chinês.

No Brasil, houve um "milagre" e o fim deste; o aniquilamento dos grupos políticos da época, a vitória eleitoral da oposição em 74 e, mais recentemente o surgimento do PT, das chamadas "minorias" em forma organizada, a existência de um momento político caracterizado pelo surgimento de novas contradições, interrogações, e a tentativa mais geral de se elaborar uma "nova política".

Este acúmulo de "fatos e de experiências se reflete hoje no comportamento da esquerda, nesta nossa tentativa de buscar criar



"novas práticas políticas". Por isso tocamos a habitacional, que tem sido até agora "excluída" do debate existente.

O modelo teórico da época - e a força das convicções defendidas pela Revolução cubana, o "Che", - teve como consequência, ao nível do (a) militante, uma "entrega de si mesmo (a) à Revolução" - (e esta era a característica maior do "quadro profissional" de então).

Num número de casos significativos, isto significou o abandono da casa da família para passar ao aparelho (outras vezes houve o asilo, a semiclandestinidadade, passando a viver em outras cidades, ou então foram presos (as) ou mortos (as). O aparelho era pois o referencial da prática habitacional e logística da época. Assim que, a mudança da casa familiar ao aparelho não decorre de problemas familiares "comuns" ou da opção por "outra forma de vida".

A família era vista como burguesa não tanto pelo fato de "reproduzir a ideologia burguesa", mas pelo fato de que materialmente era impossível conviver com estes, a partir da decisão política maior de "levar a cabo a revolução". Assim, as pessoas da família não tinham outra alternativa senão a de aceitar aquela decisão de um de seus membros.

Neste contexto específico e limitado, o casal, a família-instituição permaneceu o ponto referencial afetivo do (a) militante.

Que significou isto - afetivamente - para o (a) militante?

Suas relações afetivas se davam nas seguintes condições:

- Por um lado eram "precárias", mas se delegava à ideia de que seriam "superiores no socialismo (e portanto sem uma prática real em torno a esta atividade), sem saber explicitamente formular o que seriam estas "novas relações" no socialismo (a não ser baixo a afirmação geral de que não seriam "alienadas").

- Por outro lado, ao ver necessariamente restringido seu círculo social afetivo aquelas pessoas do mesmo grupo político - mesmas idéias -, se sectarizaram também material-

mente - pela "entrega de si mesmo à revolução", nas condições de então. O(a) militante desta época se sentia chamado a "cumprir uma missão", a de deflagrar os "catalizadores". Seu acionar era portanto exterior aos seus sentimentos mais gerais, tinha um caráter messiânico.

Nestas condições decorreu sua prática habitacional.

Com a derrota sofrida na época, com a "abertura" de hoje, o aparelho passou a ser peça de museu e o (a) militante volta lentamente à "prática habitacional familiar".

A "abertura" neste plano significou três situações maiores para o(a) militante:

- o reencontro com a família (em condições "normais")

- o reencontro com seu próprio familialismo

- a reconstrução do "lar".

Já em outro plano, a "abertura" significou - como contrarresposta -, a tentativa de declarar uma "nova prática política", onde as linhas de influência maiores que se fazem sentir são:

- O modelo leninista assim como a assimilação de experiências revolucionárias não são pontos normativos, mas referenciais.

- A existência de uma autocrítica generalizada (iniciada já em 73) da fase da luta armada anterior.

- Uma prática militante que não se caracteriza tanto por "levar a teoria à", mas pela tentativa de se ligar ao "movimento existente".

- O apreçamento de lutas operárias nos grandes centros urbanos, - quando tem origem o PT, tomando à esquerda de surpresa e "forçando-a" a posicionar-se frente a isto.

- O surgimento das "minorias" em forma organizada.

Nos parece que ambos os planos estão ainda em "desenvolvimento", e nenhum deles poderia de fato "estar solucionado". Isto, na medida em que um processo como este é necessariamente longo, não nos esquecendo de como começou esta ruptura: em torno a um projeto político alternativo

no qual se tocava tão somente as concepções reformistas, ao "quietismo", chamando a sua ação (se acreditava que, ao se transformar as relações de produção, se modificaria também as relações sociais em geral, e neste âmbito de "espera" ficou delegada a discussão sobre a alienação, consumismo, família, cotidiano, sexo, etc.).

Hoje, temos que necessariamente incorporar esta experiência vivida ao atual que-fazer e à discussão sobre a revolucionarização do cotidiano (por revolucionarização do cotidiano nos referimos às "práticas concretas do dia-a-dia". Exemplo seria o da empregada doméstica. A nossa relação com o tema (ou o sujeito) não se põe do ponto de vista teórico abstrato "situação de país subdesenvolvido", "não existência de condições materiais", "a empregada doméstica existe, é um fato", mas do ponto de vista, "que significa isto para mim?").

E no caso do aparelho, ele é visto hoje como algo do "passado", quase totalmente desvinculado do presente, e assim o "aparelho ideológico-família" se reintroduz na cotidianidade...

## E a ideologia...

Podemos afirmar que a abertura factibilizou uma ofensiva no terreno ideológico (ao nível das relações sociais individualizadas).

E os "espaços em branco" (ideológicos) existentes neste segmento da esquerda (espaço que não foi ainda "retrabalhado") e ao nível mais geral de toda a esquerda, passaram a ser "infiltrados" pela ideologia reinante ou simplesmente "obscurecidos" pela "luta da sobrevivência".

A crise econômica atual, as condições de competição impostas pelo mercado de trabalho restrito, tendem a forçar o indivíduo a não ocupar estes "espaços em branco" que é ocupada então por esta ofensiva ideológica recuperadora reinante. É entretanto nestas condições que devemos criar as formas para abrir o debate, abrir uma discussão, mas fora do espaço habitacional familiar.

A discussão sobre o cotidiano/familiar passa hoje necessariamente por criar as condições para fazê-la. E esta "revolucionarização" do cotidiano não pode ser um processo discursivo, nem tão só uma prática militante ao nível social, mas ao nível mesmo do indivíduo (visto no leque inteiro de suas relações sociais).

Factibilizar materialmente o início do debate sobre:

- nossa prática habitacional

- o "coletivo" versus a "propriedade privada"

- o vivencimento de relações afetivas de outro caráter (não possessivas).

- a relação vivencial permanente entre teoria e prática.

- a "desculpabilização" do engajamento político.

E este debate poderá ocupar assim um espaço tão importante como o da "grande política".

Buscar quebrar o espaço habitacional familiar, partir para a construção de moradas comuns, desprivilegiar o espaço (bairro) habitacional classe-media (tipo zona sul Rio) e viver um cotidiano mais próximo a outros setores populares. Isto nos permitirá vivenciar uma "filosofia da praxis" mais próxima dos objetivos mais gerais que nos propomos, quebrando assim a dialética mecanicista do "lar-aparelho-lar".

Notas: (1) Agnes Heller pertence a Escola de Budapest. Devido às suas análises críticas (em livros ou artigos como "A filosofia da esquerda radical", "Papel Social e preconceito", "O futuro das relações entre os sexos") se viu obrigada a abandonar Budapest. 2) Agnes Heller, "O cotidiano e a história" - pág. 117 - Editora Paz e Terra.

# Rio de Janeiro Professores realizam seu congresso

Os professores do Rio de Janeiro perderão um fim de semana de sol. Pelo menos aqueles que participarão do II Encontro Estadual nos dias 29, 30 e 31 de agosto. O evento é promovido pelo Centro de Professores - CEP. O objetivo é desenvolver e aprofundar o debate sobre as condições de vida e trabalho do magistério fluminense. Na pauta estarão questões como salário, política educacional e organização do movimento. Haverá lugar também para um balanço das lutas da categoria e o encaminhamento de propostas que tracem uma perspectiva para o futuro.

De uma maneira geral, a tendência é analisar a desmobilização atual, responsabilizando a direção ou as bases. No primeiro caso, por falta de sensibilidade para captar os interesses da categoria e conduzi-la melhor. Quando ocorre o segundo, é para dizer que as bases estão desanimadas pelas derrotas sofridas. Uma e outra hipótese se refletem na maneira como vem sendo preparado o Encontro. Para alguns, ele representa a grande oportunidade para "mobilizar" a categoria e deflagrar uma campanha salarial ainda este ano. Para outros, ao professorado será dada a oportunidade de aprofundar a compreensão sobre política educacional, melhoria da qualidade do ensino e organização da categoria. A questão salarial não seria priorizada.

Nas discussões e nos documentos, na prática das tendências que defendem essas posições, o que aparece é a preocupação em "dar consciência (po-

lítica)" ao movimento para que ele avance em seu processo de luta. Para isso, não é necessário que sequer sejam sistematizadas as formas de organização já vividas pelos professores. Aliás, condição para que a categoria redefina os rumos de seu movimento a partir de sua própria experiência de luta. Na realidade, na medida em que isso não acontece o risco é o mesmo de sempre: discussões entre iluminados e decisões em forma de pacotes para as bases.

Nesse contexto, os documentos apresentados como base para os debates surgem com propostas caracterizadas pelo verticalismo e pelo elitismo. Num deles, as zonais e os núcleos são caracterizados como simples "elo de ligação entre as bases da categoria (nas escolas) e o conjunto da entidade (na Coordenação Geral)". Outro simplesmente elimina a estrutura da entidade estas instâncias. No fundo, esvaziam o caráter político das estruturas intermediárias.

A garantia de sucesso da categoria depende da estrutura organizativa de sua entidade. Nesse sentido, é negativo uma diretoria burocratizada. A direção deve ser um instrumento para a execução das decisões tomadas pelas bases mobilizadas e organizadas. A maior participação dos professores e o compromisso de seus representantes com a base garantirão em grande parte a autonomia do movimento assim como contribuirão para o desenvolvimento de uma consciência política global.

(B.G. Pereira e R.M. Galdi.)

## A "unidade" no movimento estudantil

O movimento da Universidade Gama Filho teve começo no início de 79 e desde aí sua principal característica foi o enfrentamento acirrado com a Reitoria, enfrentamento bastando justificável para uma universidade que manda "judocas" baterem em alunos; enquadrando nove estudantes em inquérito administrativo "elimina" 150 professores em um ano, mostrando a todo momento seu caráter autoritário.

Apesar de todas as dificuldades, procurou-se sempre levar um trabalho unitário, sério, politizado, tentando não assimilar os vícios do ME nacional, embora muitas vezes tenha sido difícil forjar esta unidade frente a pessoas "contagiadas pelo sectarismo".

Mas, de todas as tentativas feitas para se rachar o movimento, nunca as pessoas da "Unidade" estiveram tão próximas, como agora, de jogar por terra toda perspectiva de trabalho que se tinha em mente para uma universidade nova no movimento nacional.

Essas sucessivas "inabilidades" tomaram força na época da matrícula. As pessoas que se identificam com o jornal Hora do Povo espalharam pelo campus cartazes alusivos ao DCE convocando os estudantes para uma Assembléia Geral. Realmente os HPs chegaram ao máximo de sua política tarefista lançando um pacote deste (DCE) numa universidade desmobilizada, onde só existem 3 entidades de base (são 15 cursos); convocando uma assembleia sem a mínima avaliação do

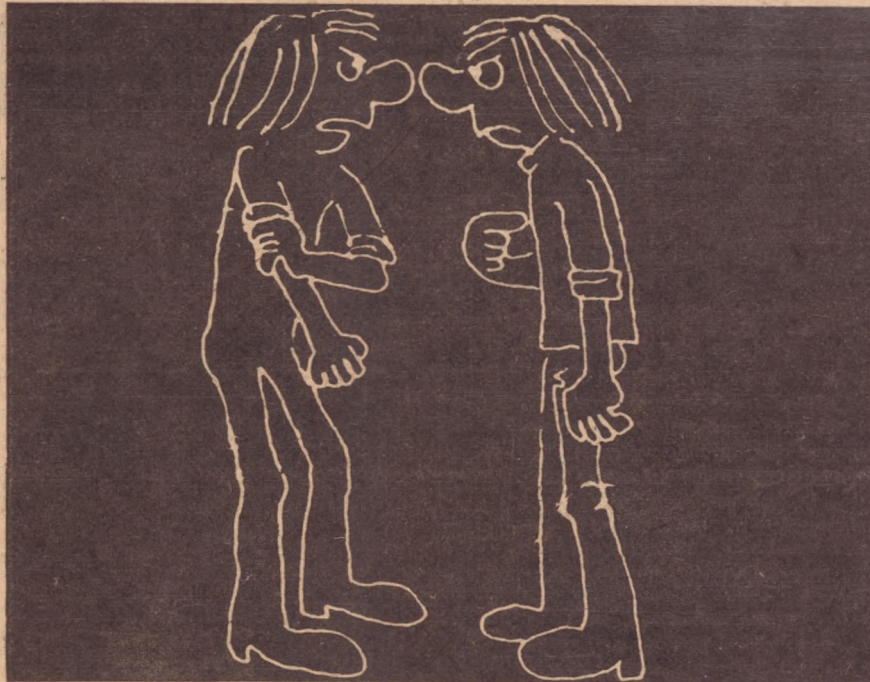
momento atual da universidade; sem discussão não só com as entidades existentes e alunos que tentam iniciar um trabalho nos seus cursos, mas principalmente, sem discutir com o conjunto dos estudantes.

As pessoas do HP agora estão muito preocupadas em "avancar o movimento", tirar o maior número de entidades (a UGF é a nova opção de fundo no RJ) sem que para este processo seja preciso a participação dos estudantes. Outras preocupação é a de legalizar as entidades, aceitando como agrado a Lei de Regulamentação imposta pela ditadura (para isto contam com o apoio da outra, "unidade").

Essas pessoas de política um tanto equivocada têm ainda que entender que o importante não é a legalização e sim a legitimidade das entidades perante os estudantes. Se algum dia a universidade concordar com nossa autonomia, permitindo que nos filieemos a UNE e a UEE, aí sim, a legalização não será um retrocesso, será indiferente.

Todos nós queremos nossos DAs e DCE, mas esta idéia deve amadurecer a partir de um trabalho organizado que faça surgir entidades fortes e representativas. Não podemos nos aproveitar do estudante para passar visões políticas ultrapassadas e de objetivos estreitos, fazendo dele massa de manobra, vivendo eternamente numa ditadura militar.

Beto - Diretor do Centro Acadêmico de Engenharia da Universidade de Gama Filho - RJ



## Opinião

### A crise da UEE/SP

Tendência Estudantil Manifestação

A UEE SP reconstruída em 78 como fruto das massivas mobilizações estudantis ocorridas no ano de 77 não cumpre hoje seu principal papel, organizar e unificar os estudantes no combate contra a ditadura militar, contra as tentativas de implantação do ensino pago e pelo ensino público e gratuito.

As suas direções até agora não conseguiram dar vazão à crescente combatividade dos estudantes. Um dos exemplos mais latentes disso é o problema das anuidades nas escolas pagas. No final do ano passado foram cobradas sobretaxas abusivas na maioria das escolas paulistas: rapidamente pipocaram boicotes em diversos pontos do estado e a partir daí iniciou-se uma campanha pela realização de um Congresso da UEE que unificasse esta luta a nível estadual.

Mas o Congresso só veio a ser realizado em meados de junho, após sofrer nada menos do que sete adiamentos, pela direção da entidade estando bastante comprometida a sua representatividade devido a proximidade do final das aulas. Nele, a diretoria da UEE esvaziou a proposta que a nossa ver melhor permitia a unificação das lutas, ou seja, o boicote estadual às anuidades centralizado por um Comando Estadual de Boicote, formado por representantes eleitos em cada escola, propondo uma "Campanha pelo Boicote", ou seja, quem já está em boicote pode continuar, mas não se tenta puchá-los em outras escolas; que seria centralizada por uma "Comissão Estadual de Entidades" que nunca se reuniu para encaminhar qualquer coisa.

Ante esta situação nos vem a pergunta. A culpa dela é de quem? A parte as respostas tendenciosas podemos afirmar que fundamentalmente a culpa é das diferentes correntes estudantis, pois o potencial de luta é extremamente alto e não é aproveitado. É claro que há culpas e culpas, pois as correntes que se encontram na direção das entidades o débito é maior. E nesse sentido temos de ser bastante firmes em apontar a atual diretoria da UEE como principal responsável por essa situação e pela inoperância da UEE no sentido de generalizar os problemas mais sentidos pelos estudantes. As oposições também cabe a sua parcela de culpa, por não terem conseguido romper com o imobilismo em que se encontrava a entidade e impulsionar o movimento.

Assim sendo, hoje, às vésperas da eleição da terceira diretoria da UEE, existe uma questão fundamental a ser respondida. Como criar uma alternativa de direção para o movimento estudantil paulista, uma direção que responda às necessidades mais concretas dos estudantes?

E nesse contexto que a criação de um polo alternativo para o movimento estudantil se coaduna com a criação de uma alternativa classista para a sociedade, ambos sintetizados na construção de uma Frente Única de todos os setores oprimidos, expressa em uma coordenação de todos os organismos que hoje aglutinam massa, e de um Partido dos Trabalhadores, de massa e sem patrões. No entanto, se a Frente Única e o PT são um referencial político para a formação

de uma alternativa, é preciso compreender exatamente o que significa isto para o conjunto dos estudantes. Assim, esse referencial político se materializa numa série de propostas que possibilitam a organização estudantil livre e independente da classe dominante e de seu estado, permitindo sua aliança com a Classe Operária.

Sem essa vinculação acabaríamos caindo numa agitação do PT classista e da Frente Única como panacéia para todos os males, não relacionando essas propostas com a resolução dos problemas mais sentidos pelos estudantes. A nosso ver isso se dá na luta pela federalização das escolas pagas (com ou sem fins lucrativos), por mais verbas para as escolas públicas, pelo fim da Lei de Segurança Nacional, legalização de todos os partidos e Assembléia Constituinte livre, soberana e democrática. No entanto, como o Congresso da UEE e o CONEB já decidiram quais os eixos e formas de lutas dos estudantes paulistas, cabe a essa direção alternativa levá-los até suas últimas consequências, organizando uma real campanha pelo boicote e realmente puxando as comissões de entidades, de uma forma aberta e democrática, como única maneira de não se ser alternativa apenas no nome.

## Polícia invade campus no protesto contra Videla

"Um, dois, três, quatro, cinco, mil, abaixo as ditaduras da Argentina e do Brasil", gritavam os manifestantes enquanto a polícia invadia o prédio do Restaurante Universitário da UFRGS, quebrando vidros e agredindo violentamente quem estivesse pela frente. Três estudantes foram parar no hospital, entre eles, um diretor da UEE e um membro do Centro dos Estudantes de Engenharia. Os demais feridos eram atendidos em um ambulatório improvisado na Casa do Estudante Universitário. Enquanto quem batia era a Polícia Militar, na Assembléia Legislativa um imenso aparato repressivo, entre tropas de choque e PE, aguardava de dentes arreganhados, caso a passeata alcançasse o centro da cidade.

Mas toda essa repressão não conseguiu dispersar o Ato Público convocado para o pátio da faculdade de Direito da UFRGS pelo Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos Latinoamericanos (CBSPLA). O ditador argentino ia ser recepcionado pelo ditador brasileiro na praça Argentina (que fica em frente ao Campus da UFRGS), no entanto, os agentes de segurança argentinos não aprovaram a praça por não ser suficientemente segura.

A intenção inicial do Ato era se dirigir em passeata até o consulado argentino para protestar contra o ditador Videla e se solidarizar com o povo argentino, que vive sob uma das

## Liberdade para David Maximiliano

A libertação do professor David Maximiliano, diretor da sub-sede da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE) em Ouro Preto, tornou-se uma das mais importantes lutas que são levadas atualmente pelas entidades democráticas e setores oposicionistas. David é o primeiro preso político do regime depois da lei da anistia restrita e está recolhido na Penitenciária de Linhares, submetido sistematicamente a vários vexames como revistas íntimas frequentes e pressões psicológicas, em celas superlotadas com até mais de 100 outros presos.

O processo contra David é resultado de uma farsa montada pelos setores da repressão, ao melhor estilo da época do nazismo. Ele é acusado de ter em sua residência material para fabricar uma bomba que seria usada contra o presidente João Batista Figueiredo nas comemorações oficiais do 21 de Abril em Ouro Preto. O delegado Edraldo Brandão, do DOPS mineiro, anunciou que o "material subversivo" foi descoberto através de uma denúncia anônima e estava escondido debaixo do colchão onde dormiam David e sua mulher. O mesmo delegado disse também que "conhecia" as atividades políticas de David e que ele era mantido sob vigilância dos órgãos policiais.

Apesar do absurdo das acusações, David se apresentou ao DOPS para prestar depoimento, sendo imediatamente preso. A absoluta falta de provas contra sua pessoa fez com que os juizes da Auditoria, por unanimidade recusassem o pedido de prisão preventiva contra David e determinassem sua libertação, o que ocorreu dia 16 de junho. Ocorre que depois de uma "hábil" mudança dos juizes, um novo pedido de prisão preventiva contra o professor foi decretado, graças aos votos dos juizes militares, levando David de volta às celas no dia 15 de julho.

Convencidos de que a farsa montada contra o professor David e a sua entidade é uma ameaça a todos aqueles que lutam pela democracia, várias entidades sindicais e democráticas nacionais estão empenhadas na luta pela libertação do professor.

ditaduras mais sanguinárias da América Latina. No entanto, a investida da Polícia, inclusive invadindo o Campus e desrespeitando a autonomia universitária obrigou os manifestantes a tomar o RU, para se refugiar das acetadas.

"22/agosto/80 - RU: trincheira de luta contra as ditaduras". Cartazes e pinturas nas paredes e nos vidros, comissões de 60 a 70 pessoas passando nas escolas e chamando quem ficou nas salas de aula para engrossar o caldo da mobilização. "Hoje na janta comeremos ditaduras ao molho pardo", dizia um cartaz. A maioria das escolas paralisa as aulas na UFRGS. Uma assembleia com mais de mil e quinhentas pessoas decide por um ato público e uma vigília no RU até o ditador Videla sair do país. Ficou previsto, ainda, o descerramento de uma faixa na praça Argentina, mudando o seu nome para praça das "Locas de Mayo".

(Da Sucursal)

ERRATA: Por falhas de edição, Halley M.V. Junior autor da matéria publicada no último n.º do EM TEMPO, "O ME é forçado a auxiliar dos trabalhadores", foi equivocadamente apresentado como estudante da Universidade Gama Filho.



Setembro Greve Geral Nacional

## Os estudantes vão unificar suas lutas...

As modificações introduzidas no ensino a partir de 68, tinham como um de seus objetivos centrais conciliar a crescente demanda na Universidade, com a política orçamentária do governo de privilegiar a reprodução do capital em detrimento das áreas de educação e saúde. O mínimo de 12% do orçamento da União, para a Educação, foi abolido em 1967 e a partir daí reduzido até os 3,6% deste ano (Só para dar uma idéia, a ONU estabelece para os países em desenvolvimento, um índice mínimo de 17%. Na Nicarágua, 62% da reserva orçamentária é destinada à educação, saúde e habitação).

Hoje a crise financeira da Universidade vem sendo combatida pelos estudantes com a reivindicação central de mais verbas para a educação, através de um sem número de mobilizações espalhadas de forma desconexa por todo o Brasil. No primeiro semestre de 80 pipocaram greves em muitas universidades, tendo co-

mo característica comum a impotência de um enfrentamento localizado e restrito, diante da força de uma política nacional centralizada pelo MEC. Em algumas escolas, como na de Viçosa, em Minas Gerais, e em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, a intensa mobilização, embora tenha resultado num aumento da consciência e organização do conjunto dos estudantes, trouxe consigo fracassos em termos de conquistas das reivindicações.

Diante deste impasse, a greve nacional por três dias, aprovada no último CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base) da UNE, se apresenta como a possibilidade de encontrar uma unificação nacional nestas lutas, o que trará para o movimento estudantil a força necessária e a garantia de novas conquistas. Os eixos centrais da greve são: mais verbas para a educação sob o índice de 12% do orçamento da União e nenhum centavo a mais de aumento no segundo

semestre. No CONEB se avaliou que chamar uma greve nacional por tempo indeterminado (até a conquista das reivindicações) seria precipitado, uma vez que o movimento estudantil ainda não adquiriu organização e força a nível nacional para sustentar uma greve desse tipo.

O processo de mobilização (greve por três dias) objetiva acumular forças e organizar os estudantes rumo a medidas mais ofensivas contra o MEC e a ditadura. A greve deverá acontecer nos dias 10, 11 e 12 de setembro, possivelmente junto com a mobilização dos professores.

A luta por mais verbas, hoje, é central para o movimento; não só por ser capaz de unificar os estudantes a nível nacional, como por criar condições de engajamento de outros setores do movimento popular: o movimento secundarista, associações de bairros, sindicatos... (Da Sucursal gaúcha).

## ...juntamente com os professores

A situação de mobilização dos professores universitários é bastante desigual a nível nacional. Em diversos locais já foram criadas Associações de Docentes, algumas com bastante peso como a APUFSC - Assoc. dos Professores da UFSC (Santa Catarina), que conseguiu mobilizar a universidade em torno de eleições diretas para o vice-reitor, enquanto que em outros locais não existem nenhum nível de organização dos docentes.

A Associação dos Docentes da UFRGS tem atualmente como uma de suas principais preocupações buscar o reconhecimento da maioria dos 2.100 professores da UFRGS, e engajá-los nas suas lutas.

O próximo passo da ADUFRGS será reproduzir a discussão que houve no Encontro Nacional de ADs, em julho, no Rio de Janeiro, e encontrar definições a respeito das principais lutas dos professores para o semestre.

A luta por mais verbas junto aos professores se desdobra na discussão das condições de trabalho e melhorias salariais. "A luta por mais verbas é algo que já está colocado para nós, professores, na medida em que este problema nos atinge nas nossas precárias condições salariais e nas cada vez piores condições de trabalho. Alguns

professores fizeram um cálculo baseado no salário de alguns anos atrás, chegando a conclusão de que a perda do valor real do salário, a defasagem em relação ao salário atual é de, aproximadamente, 700 mil cruzeiros para cada professor", declara Aldo.

No encontro das ADs, no Rio, foram discutidas as possíveis formas de lutas dos docentes e as divergências ocorreram entre propostas de paralização por tempo determinado, paralização por tempo indeterminado até a conquista das reivindicações e outras formas de luta.

"Eu acredito que, neste momento, uma greve nacional é um instrumento forte, principalmente se os professores e estudantes buscarem uma atuação unitária. Acho que a melhor proposta aqui seria greve até a conquista das reivindicações, mas isso vai depender da avaliação que se fizer da situação concreta de cada local", coloca o professor Lucion.

Já Darcy acha "difícil que se aprove a proposta de greve. Os professores estão ainda pouco mobilizados aqui e, mesmo com os estudantes nos jogando forças com a greve nacional de três dias, a maioria ainda desconhece o significado e a importância da atuação conjunta entre professores e alunos, que começa com o rom-

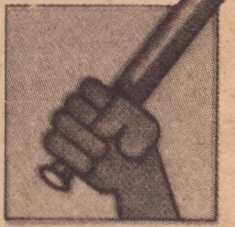
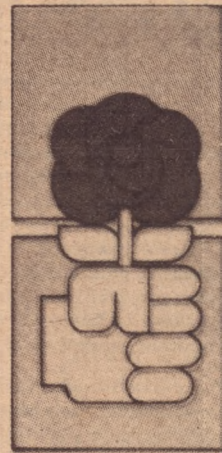
pimento das relações cotidianas de aluno-dominado/professor-dominador.

Os professores vêm realizando algumas reuniões a nível nacional, já se busca ter uma discussão e uma intervenção mais unificada. Eles discutem a criação de sua entidade nacional e, a esse respeito, existem propostas divergentes. Uma delas é a criação de uma União Nacional dos Professores - que seria algo semelhante à UNE, onde a instância máxima seria o congresso de delegados. A outra proposta é a de uma federação de associações, uma entidade que congregaria, única e exclusivamente, as ADs como filiadas. Eu pessoalmente defendo uma entidade que congregue todos os professores, onde o órgão deliberativo das linhas centrais seja o congresso de professores. É a estrutura mais democrática que se pode ter", diz Lucion. O professor Darcy coloca que "esta proposta que sugere uma federação de ADs é anti-democrática, inclusive tem gente que propõe que as eleições da executiva nacional sejam indiretas, pelas diretorias das ADs".

Em fevereiro, haverá um congresso de professores que vai definir que tipo de entidade os professores universitários querem construir. (Da Sucursal).

## aparte

## O que quer a Social-democracia no Brasil



Ainda a propósito do seminário social-democrata realizado há semanas atrás em Canela (RS): como as forças populares devem se colocar diante das divergências inter-imperialistas?

Por Mário José Maestri Filho

Não podemos acusar a fundação alemã Friederich Ebert de contradição entre seus objetivos e os meios a que se permite. Na aprazível cidade gaúcha de Canela - "chez" o quatro estrelas Lages de Pedra - reuniram-se mais de 140 políticos e intelectuais latino-americanos. Discutiria-se as proposições do ex-chanceler Willy Brandt para salvar o "diálogo" norte-sul e os "ideais néo-capitalistas da social-democracia europeia". Os mais de 100 mil dólares destes dias de mordomia terminaram - nada mais coerente - sendo pagos pelos bolsos dos operários alemães.

Parecia tratar-se de mais um insofocável encontro internacional de "alto nível", onde come-se bem e diverge-se educadamente. Até a inevitável "vedete" - centro de todas as luzes e atenções - estava presente. Neste caso tratava-se de Eduardo Frei, um dos arquitetos do massacre dos trabalhadores chilenos, na oposição desde que afastado de toda pretensão ao poder por Pinochet.

Por detrás de toda esta encenação articula-se, porém, problema de significativa importância. O seminário trata-se de mais um passo da envolvente operação que a social-democracia europeia vem desenvolvendo em direção à América Latina. Operação que já permitiu à Segunda Internacional estabelecer sólidos vínculos com partidos e movimentos latino-americanos de diversas matizes, tais como o Partido Radical argentino, os Montoneros, o Partido Socialista e o Partido Radical chileno, o Apra do Peru, etc. Dessa operação faz parte, também, o apoio aos sandinistas na Nicarágua e às forças anti-ditatoriais no Salvador. O novedade - e a primeira vista contraditório - desta atuação, nos exige estudarmos mais de perto esta realidade.

### A Luta inter-imperialista pela América Latina

O mesmo Willy Brandt declarava há algum tempo que no ano 2.000 a América Latina não seria nem russa e nem norte-americana. Forma polida de avançar as pretensões europeias. O imperialismo norte-americano, efetivamente, mantém forte controle sobre as Américas; não têm tolerado qualquer divisão de poderes com outros setores imperialistas. No plano econômico, porém, vem perdendo sistematicamente terreno para o capital europeu e japonês. Daí parte a atual luta inter-imperialista.

O imperialismo europeu - principalmente com a aproximação franco-alemã - tem procurado conquistar nas Américas o poder político que lhe "corresponderia" à importância de seus interesses econômicos no Continente. Esbarra, porém, nas pretensões yanques de hegemonismo. Como estes últimos controlam estreitamente as ditaduras sul e centro-americanas e os partidos oligárquicos mais reacionários, o imperialismo europeu tem apoiado as "aberturas" e, até mesmo, a derrubada armada de regimes ditatoriais. Para essa operação política usa, sistematicamente, a social-democracia e a Terceira Internacional.

O apoio, até mesmo a movimentos anti-dita-

toriais armados, não nos deve, porém, levar à ilusões sobre os objetivos europeus. A história latino-americana é rica em semelhantes "ajudas". Os próprios ingleses olharam no passado com simpatia - e ajudaram acobertadamente - a luta da América hispânica por sua independência nacional; o próprio capitalismo emergente norte-americano ajudou - militarmente - Cuba a independentizar-se da Espanha. Tratava-se de fazer recuar, rapidamente, um dominador decrépito e ocupar seu lugar. A posterior história das relações inglesas e norte-americanas com o continente latino-americano, revelam o verdadeiro caráter desta ajuda. No presente caso trata-se de um imperialismo em crise mas longe da senilidade; da luta de interesses muito mais interligados e interdependentes do que nas épocas coloniais.

### A Social-democracia e o Brasil

O Brasil encontra-se no centro da disputa pela América Latina; é aqui que os europeus, e principalmente os alemães, têm o mais significativo de suas inversões. A importância estratégica de nosso país é fora de questão. Trata-se de operação de suma importância. A fortaleza do proletariado industrial brasileiro coloca, porém, como arriscada qualquer operação anti-ditatorial mais arriscada; pode-se comprometer a própria organização capitalista da produção. Nada mais longe dos objetivos dos "socialistas" da Segunda Internacional.

Em nosso país foi projetada uma operação mais segura, de maior alento. A carta a jogar seria o brizolismo, que renasce no panorama da "abertura" intimamente apoiado e ligado à social-democracia europeia. O próprio ex-governador gaúcho chegou falando em passar "10 anos na oposição". O que nos definiria o prazo julgado cabível para a volta do "trabalhismo" ao governo e, com ele, sua nova madrinha do velho continente. A própria perda da sigla "PTB" para Ivete, só toma sentido como uma "rasteira" dos americanos nos avanços indesejados da social-democracia na seara tupiniquim. Os sucessivos fracassos de Brizola no Brasil parecem ter levado o imperialismo europeu a reconsiderar a decisão de depositar todos seus esforços sobre uma única alternativa, principalmente quando esta se mostra de pouca efetividade.

É fundamental para a construção de uma correta estratégia para o movimento social, definir com precisão e utilizar-se toda e qualquer crise e divergências inter-imperialistas. Dar a esta, porém, uma qualidade que não possui, é preparar o movimento popular para graves derrotas. Ainda está por demonstrar-se o caráter mais benigno ou civilizado do imperialismo alemão, francês ou belga, frente ao norte-americano. Separando-os de suas especificidades ou das contingências, a que podem estar circunstancialmente obrigados, explicita-se sempre a mesma implacável ditadura do capital e a exploração do homem pelo homem.

## Espírito Santo Lá também mandam espancar moradores

Os moradores do bairro Sossego, situado no Planalto de Carapina, no município da Serra, Espírito Santo, vêm tentando se organizar para resolver os sérios problemas que enfrentam: água, esgoto, escola, escritura dos terrenos, etc. Para isto estão sendo realizadas assembleias de todas as pessoas do bairro para organizar a Associação de Moradores.

No último sábado, dia 12 de julho, às 16:00 horas, quando estava começando uma assembleia de moradores foi percebida a presença de um grupo de pessoas, interessadas em tumultuar a reunião, soltando foguetes no meio dos presentes, atingindo uma criança de dois meses. O coordenador da assembleia, que é um líder do bairro, se dirigiu a este grupo pedindo que não soltasse fogos no meio das pessoas. Diante disto foi agredido a socos, pontapés, pedradas, recebendo promessas de morte, sendo obrigado a se esconder na casa de um vizinho.

A partir daí, a assembleia foi totalmente interrompida. As pessoas do grupo de tumultua-

dores tomaram e queimaram as faixas que os moradores levaram para a reunião; cercaram a casa onde o líder do bairro estava escondido e diziam que iam invadir a casa para matá-lo e que iam agredir também as pessoas dos outros bairros que estavam lá apoiando a Associação de Moradores. Para tirar o líder do bairro desta casa as pessoas foram obrigadas a chamar a polícia.

Este grupo de agitadores foi identificado como funcionários da Prefeitura Municipal da Serra, estando inclusive em três carros oficiais de chapa branca da Prefeitura, sendo uma Brasília de cor bege, um fusca de cor branca e um Fiat verde no qual estava escrito **Secretaria de Promoção Social da Prefeitura Municipal da Serra**. Estes funcionários se juntaram a alguns moradores do bairro que são "puxa-sacos" do prefeito e provocaram toda esta confusão.

Este fato demonstra mais uma vez as investidas da Administração Municipal da Serra que vem tentando a todo custo impedir a organização do povo

para reivindicar os seus direitos. Sossego não é um fato isolado. Isto nos faz lembrar as agressões policiais e prisões, ácobertadas pelo prefeito que ocorreram em Carapina Grande, há menos de dois meses quando as mulheres cavaram uma vala na rua para exigir a construção da rede de esgoto.

Queremos denunciar publicamente estes acontecimentos porque entendemos que fazem parte de todas as formas de injustiça e exploração que o Governo, através de seus representantes nacionais, estaduais e municipais, utiliza para oprimir e massacrar a classe trabalhadora e todo o povo marginalizado.

(Associação de Moradores do Parque Residencial, Associação de Moradores de Taquara II, Associação de Moradores de Carapina Grande, Comissão Municipal do Partido dos Trabalhadores)

Serra, 13.07.80

## Coro e platéia no movimento homossexual



Dentre os mais novos personagens a adentrar no cenário político brasileiro está o movimento homossexual, perfilando-se, ainda que talvez sem a tarimba de quem já se encontra neste espetáculo há mais tempo como as mulheres e os negros, no coro das chamadas "minorias". Surge porém, eivado de esperanças e algumas promessas de alterações na monotonia da velha atração desse show mambembe mas resistente ao tempo: aquela política engordada pelo autoritarismo, mestre de cerimônias da História do Brasil.

Existem atualmente quatorze grupos homossexuais organizados no país, espalhados por seis estados (Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio e São Paulo), mas com acentuada concentração no eixo Rio-São Paulo (dois do Rio e oito de São Paulo). Embora a repressão sexual numa sociedade patriarcal como a brasileira seja uma repressão histórica, o nascimento do movimento homossexual vem se dando a partir de 1978. Dois anos depois, já tendo sido realizado o I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados (São Paulo, abril último), fator de aceleração do processo de organização, o movimento vê-se às voltas com questões que vão desde o caráter funcional dos grupos até a autonomia face aos partidos e outras organizações políticas. As respostas ou mesmo as novas questões daí surgidas permitirão entrever o esboço a ser traçado pelo movimento. De qualquer forma, o elemento detonador dessa história ainda tão recente deve ser buscado à luz da reorganização da sociedade brasileira, por um lado, e das condições afloradas, por outro para o questionamento à intransigência da esquerda em não se estender sobre aspectos da realidade postos de lado porque considerados de somenos importância como, por exemplo, o direito ao prazer e a reapropriação e livre utilização do corpo.

Ao tentarem responder aos agentes da repressão (o Estado, a Igreja, a Lei, a "Ciência", etc.)-e é essa sua razão de ser primeira - os grupos procuram encaminhar uma luta contra a criação e contínua reprodução, em vários níveis, do estigma sobre pessoas cujo exercício da sexualidade foge ao socialmente padronizado. Neste sentido, a tarefa principal é a de detectar e denunciar as fontes de opressão desde a sua expressão mais social até a introjetada em cada indivíduo que compõe o grupo, visualizando-a em seus caracteres mais suís e naqueles espalhados sobre a realidade cotidiana. A partir daí, torna-se possível efetivar uma atuação no sentido de intervir concretamente contra as formas de repressão vivenciadas no dia a dia: a discriminação na família, no trabalho, nas escolas, nos sindicatos e na sociedade em geral.

Os grupos tendem a pautarem sobre duas atividades. A nível intra-grupal, são reunidas reflexões teóricas e calcadas na experiência pessoal para assim criar um espaço que viabilize uma liberação dos preconceitos presentes em cada um. A nível extra-grupal, procura-se mobilizar

o social e alcançar os homossexuais não organizados. Não se trata portanto de recriar o gueto em novos moldes, mas sim de questionar a sociedade que o gera.

Buscar apenas uma afirmação homossexual, solicitando um certo grau de tolerância social é encampar e legitimar a dicotomia homossexualidade/heterossexualidade, dicotomia esta imposta e perpetuada pelos mecanismos de controle social inerentes ao sistema capitalista. A luta dirige-se, em última instância, no sentido de garantir aos indivíduos a liberdade de exercerem a sua sexualidade sem subordinarem-se a padrões erigidos principalmente sobre a reprodução da espécie pois a partir daí é que se determinam papéis sexuais considerados mais compatíveis à "natureza" feminina e masculina, delimitando as possibilidades de prazer. Portanto, partindo da especificidade de um grupo de pessoas estigmatizadas, o movimento homossexual transcende a si mesmo.

Tal como as mulheres e os negros, os homossexuais tem sido caracterizados como "minorias", isolando-os do todo social. A utilização do termo "minorias" vem, na verdade, escamotear o caráter político das lutas encaminhadas por esses grupos por não serem estes movimentos classistas nem apresentarem um projeto político definido enquanto alternativa de poder. A luta homossexual porém é dotada de alto teor político pois vai de encontro a um dos pilares da sociedade em que vivemos: a sexualidade norteada pelo sistema monogâmico-reprodutor.

Costuma-se taxar a luta homossexual como uma luta menor, relegando-se o direito ao prazer e a liberdade de utilização do próprio corpo como questões a serem resolvidas numa sociedade futura. O peso dos determinantes econômicos para a transformação da sociedade não é ignorado pelo movimento homossexual, mas se reivindica uma mudança mais ampla, capaz de abarcar o indivíduo em sua totalidade, inclusive no que se refere ao livre exercício da sua sexualidade. Ao reducionismo ahistórico que cria uma tipologia de lutas políticas em termos de "maior" ou "menor", contrapõe-se a visão de uma única luta composta de frentes que se conjugam por uma transformação social global.

Colocando-se na primeira pessoa, pondo por terra mitos sobre a sexualidade e tentando fazer política à margem da oficial, sem seus aspectos autoritários e burocráticos, começa a surgir o movimento homossexual no Brasil. Desde o questionamento da reprodução de papéis sexuais, da relação de poder que aí se instala e se expressa na situação dominado/dominador até a negação da manipulação da sexualidade pelo Poder institucionalizado, a organização por uma luta homossexual nega também outras formas de poder e por isso é uma luta libertária.

Quem sabe o coro tome conta do palco, desça as escadarias e contagie a platéia.

(Zé Maria, AUÉ/Rio de Janeiro, Caixa Postal 25.029, RJ.)

### Leia e assine as revistas "El Viejo Topo" e "Transición" (Espanha)



Não é necessário qualquer pagamento antecipado. O assinante pagará cada revista mensalmente quando recebê-la através do reembolso postal, sem despesas postais.

Preço: Cr\$ 220,00

Preencha o cupom ou escreva para Editora Combate Socialista. Rua Jerônimo Coelho, 206 - 90000 - Porto Alegre (RS)

Nome .....

Endereço .....

Cidade ..... Estado .....

## EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloísio Marques, Antonio Heider, Antonio Jorge, Carlos Tiburcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadi, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Aires, Sérgio Alli, Tom Duarte.  
Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.  
DIRETORIA: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tiburcio, José Luiz Nadi, Marco Aurélio Garcia, Robinson Aires.  
EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.  
DIR. RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

ARTE: Sérgio Papi.  
SUCURSAIS:  
BELO HORIZONTE: Av. Cristóvão Colombo, 550 - Tel.: 224-0127. PORTO ALEGRE: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. RIO DE JANEIRO: Caixa Postal 4680. SALVADOR: Av. Joana Angélica, 8 - sala 44. FORTALEZA: R. Castro e Silva, 1169 - Tel.: 226-804.  
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.  
R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - São Paulo - CEP: 05414 - Tel.: 852-8880.  
COMPOSIÇÃO E FOTOLITO: Editora LETRA Ltda. Fone: 212-5061.  
Impressão: Cia. Editora Jorues - R. Gastão da Cunha, 49 - Fone: 531-8900.

## A "Operação Cristal" vai começar

Entrevista com o deputado federal Genival Tourinho que denunciou o envolvimento de generais com a escalada terrorista.

- Você denunciou que os recentes atentados terroristas estão articulados numa operação única e planejada, que seria a "Operação Cristal". Quais são os objetivos dessa operação?

- A "Operação Cristal" nasceu sob um princípio: a inflação é a pior manifestação de desordem social que pode existir. Cumpre às Forças Armadas manter a ordem interna - intervir rigorosamente - o que não poderia ser feito em clima de "abertura", seria necessário fechar o regime para combater a inflação. Grupos minoritários das Forças Armadas teriam esse posicionamento. Como foi repelida essa proposta por setores majoritários das Forças Armadas, eles articularam a "Operação Cristal" para mostra que além do episódio da desordem social consubstanciado na inflação, havia também a agitação para a derrubada do regime. Os atos terroristas teriam então a função de pressionar as Forças Armadas no sentido de que seria necessário fazer o fechamento das instituições.

- A "Operação Cristal" envolve generais das Forças Armadas?

- Todas as informações que me chegaram até agora levam a acreditar piamente que os atos terroristas partem de uma central única, que a coisa está realmente sendo articulada. E, pelo passado que têm e pelas minhas informações, tudo me leva a crer que, se não estão diretamente ligados, pelo menos estão dentro do esquema: o general Coelho Neto, o general Bandeira e o general Milton Tavares.

- Um outro nome denunciado por você à imprensa foi o do delegado Antônio Ribeiro, chefe da Polícia Técnica de Minas. O que mais você sabe sobre o delegado?

- Ficamos muito preocupados com a vinda do Brizola a Minas por antecedentes e por ameaças que foram feitas. Como eu não confiava no esquema de segurança da polícia mineira, eu fiz o meu esquema próprio. Quem chefiou foi o Waldemar Pedro. Ele pegou esse Antônio Ribeiro, dois ou três minutos depois da explosão da bomba durante o comício do Brizola, exatamente ao lado do Instituto de Educação, em cujo auditório estávamos. E ele demonstrou mesmo muita eficiência: cinco minutos antes da bomba explodir ele já estava lá para fazer o laudo pericial. Apesar de todas essas indicações, aqueles que você denunciou o têm acusado de leviandade, por não poder apresentar provas.

- Se me pedirem provas, eu não tenho provas, porque a pessoa que tem me trazido estas informações em primeira mão, eu tenho um compromisso de não revelar a identidade dela. É uma pessoa que era muito ligada a este povo todo, ao Guedes, ao Bandeira, ao Diósculo do Vale, a todos os comandantes militares aqui em Belo Horizonte. O fato é que ele passou a me dar informações. Eu entendo que informações com um certa credibilidade. Eu, como homem público, tenho obrigação de revelá-las para suscitar investigações, para suscitar pelo menos um anteparo mínimo de segurança para a coletividade. As informações que eu tive não foram "juradas" porque eu tenho tido outros contatos. Na semana passada eu me encontrei com um coronel do Exército em Brasília, que pedindo para que eu não revelasse a sua identidade, que me foi apresentada, confirmou as minhas denúncias.

- Eu estou convencido de que as minhas denúncias são sérias e merecem ser investigadas pelo governo, que tem um mundo de instrumentos à sua mão. Aliás, as acusações de leviandade foram muito pouco. E eu realmente achei muito tímida a reação. Eu achei que eles iam tentar me meter num processo. Lei de Segurança Nacional, ou coisa assim. Com toda honestidade, eu não sei qual a razão de não ter vindo uma reação mais violenta.

- Para terminar: você divulgou informações sobre a continuidade dos atentados. Quais são estas previsões?

- A pessoa que me informa advertiu-me que eles partiam para atentados mais drásticos. Atentados à bala.

# Golberri e o terror

A ofensiva atual do terrorismo fascista coloca em questão as perspectivas de "transição" do regime. O Planalto vai "controlar" ou vai ceder aos esquemas do terrorismo? De todo modo, a capacidade do movimento popular de opor uma resposta política aos golpes desferidos tanto pelo regime como pelo fascismo será um fator decisivo no desenrolar dos acontecimentos.

Por Eder Sader

## DEFENDA A IMPRENSA POPULAR

Leia, divulgue, venda e assinie

Companheiro  
Convergência Socialista  
Coojornal  
Correio Sindical  
Em Tempo  
Hora do Povo

Movimento  
O Trabalho  
Pasquim  
Repórter  
Tribuna da Luta Operária  
Voz da Unidade

Compre nas bancas. Ajude a vender. Estimule os jornalheiros a resistir aos terroristas. Faça a sua assinatura.

## Minas: mais um título Capital da provocação

CPI do terror constata descaso das autoridades na apuração dos atentados. Francelino zombeteia das vítimas. Policiais "protetores" transmitem aos ameaçados recados dos terroristas.

Já está instalada e em pleno funcionamento em Minas a Comissão Parlamentar de Inquérito para "investigar o descaso e a omissão das autoridades na apuração dos atentados terroristas". Uma medida inédita por duas razões: é a primeira CPI formada no país com o objetivo específico de investigar os atentados; em segundo lugar, por que além de se propor isso, ela centra os seus trabalhos na discussão da postura do governo frente à escalada terrorista.

Já ao final da segunda sessão, ouvidos os depoimentos de Dona Helena Greco, João Paulo Pires, Geraldo Magela, Juarez Guimarães (jornal EM TEMPO) e Vicente Santana (jornal Hora do Povo), acumulam-se as evidências de omissões, descasos e irregularidades nas apurações.

Por sua vez, Francelino Pereira se limitou a "discordar radicalmente dos que acusam o governo de omissão e descaso na apuração dos atentados", sem no entanto apontar concretamente nenhuma evidência a contrário, e limitando a chamar de "pessimistas" os que levantaram esta hipótese. Mas os mineiros conhecem o cinismo de seu interventor.

No dia 24 de julho diante de toda a imprensa e representações democráticas mineiras, Francelino Pereira fez três promessas: garantiu imediata proteção policial às bancas, inseguras de continuar vendendo os jornais alternativos após ameaças anônimas diretas e o incêndio de uma banca; dar cobertura às pessoas mais diretamente ameaçadas pelos terroristas (Dona Helena Greco, o advogado Geraldo Magela, Genival Tourinho e o jornalista Juarez Guimarães, da sucursal do EM TEMPO em Minas); garantir a investigação rigorosa dos atentados, particularmente do incêndio à banca.

Decorrido mais de 30 dias, a situação é bem outra. Das 600 bancas existentes em Belo Horizonte, apenas 14 vendem os jornais da imprensa alternativa, a maioria delas sem expô-los. É a prova mais evidente que persiste a insegurança na ausência do policiamento prometido pelo governador. E dificilmente poderia ser alegado qualquer motivo de ordem técnica, já que o Estado mineiro conta

com um efetivo de 25 mil soldados filiados a Polícia Militar e guarnições não faltaram para serem colocadas às portas das escolas da rede oficial quando da recente greve dos professores ou às portas das matrizes e filiais dos bancos quando da greve dos bancários em setembro do ano passado.

Por outro lado, qualquer intenção oficial de tratamento sério às investigações já está comprometido a partir da conclusão ridícula do laudo pericial fornecido pela polícia técnica em relação à banca incendiada. Ao invés de tomar como tarefa inicial a determinação de como teria sido iniciada a banca, o laudo recuou questionando o pressuposto evidente e concluindo que não é possível se chegar a nenhuma conclusão, saber se o incêndio foi proposital ou fruto de um acidente. Vale mais como piada, a fantástica conclusão do perito.

### Proteção invisível

Mas, o absurdo não para aí. Depois de em entrevista à imprensa ter garantido a designação de oito policiais à disposição das quatro pessoas ameaçadas, o delegado encarregado para supervisionar a segurança negou qualquer proteção ostensiva e, portanto, confiável aos ameaçados. Os oito agentes da polícia civil não podem aparecer para as pessoas ameaçadas.

Relaxamento policial, fruto de uma avaliação de que as ameaças não se concretizarão? Não, pois o mesmo delegado afirmou peremptoriamente que pesa especialmente sobre o jornalista Juarez Guimarães o risco de atentados. Indagado de como chegou a esta conclusão, apenas afirmou crer isto em função do fato do ameaçado ser jornalista. E chegou mesmo a aconselhá-lo a evitar qualquer rotina: chegar em casa de maneiras diferentes, não tomar taxi e até mesmo não se sentar a mesa de trabalho da mesma forma habitual. Queixando-se, ainda, da pesada missão que recebera, alertou que "até o presidente Kennedy, cuja segurança era enorme, havia sido assassinado". Curiosamente, o nome do delegado consta da lista dos denunciados pelo EM TEMPO como torturadores ou com algum envolvimento em processos de tortura.

Qual era mesmo o projeto político do grupo no poder? Ha um ano e meio da posse de Figueiredo, somos levados a repensar alguns esquemas. A liberalização do regime, lenta e gradual, iniciada timidamente por Geisel e ampliada por Figueiredo, sob o impacto do movimento popular, aparece hoje como se já tivesse dado tudo que poderia dar e como se estivéssemos entrando num novo ciclo de "endurecimento".

Não que tivéssemos alguma ilusão de que o projeto de "abertura" do governo fosse nos livrar dos seus "esquemas paralelos", dos seus pacotes econômicos, jurídicos e policiais. Mas de todo modo ele anunciava algumas alterações no próprio modelo político.

Teria mudado algo? Ou então simplesmente o projeto de abertura política era muito mais pragmático do que parecia? O certo é que hoje em dia são bem fundadas as dúvidas acerca dos objetivos perseguidos por Golberri, Medeiros, Figueiredo, etc.

Não é apenas que os atentados da extrema direita se multiplicam, envolvendo membros dos aparelhos de segurança do regime. Dizem os cínicos, com alguma dose de razão, que o terrorismo de direita é o preço inevitável que se paga em todo processo de democratização logrado sem o desmantelamento da ditadura. Mas o grave é que as atividades terroristas se fazem cada vez mais descaradamente e com um nítido sentimento de impunidade. Um delegado no Rio afirma que não acredita que os atentados às bancas prossigam, porque os jornalheiros estão retirando os jornais visados. Outro diz que até agora não há nenhum suspeito e, quando lhe dizem se o pessoal do antigo CCC não poderia estar entre esses, observa que nenhum deles tem ficha policial. Imagino a cara do delegado ao falar isso. O governador de São Paulo se permitiu declarar que o atentado contra Dalmo Dallari teria sido uma farsa, encenada pela esquerda. O "bravo" general Milton Tavares volta agora - utilizando os métodos que ele diz ter aprendido de Sherlock Holmes - à mesma tese. O governador de Minas persegue os vendedores de jornais enquanto seus homens ameaçam o CBA, sindicalistas, a imprensa alternativa. O Deops de S. Paulo solta, sem nem tomar as impressões digitais, um terrorista pilhado em flagrante no Ato Público contra o fascismo. O delegado Magnoti continua alegremente sonogando toda informação sobre a prisão ilegal de Dalmo Dallari em maio da qual ele notoriamente participou. E por aí a fora.

Existe a convivência do governo federal. Mas existe também algo mais. Se atentarmos para as últimas medidas do executivo veremos que elas já escondem uma outra lógica, diferente daquela da liberalização. Vejam a ideologia da Lei contra os Estrangeiros e vejam o método

para sua aprovação. Vejam que esse método - o PDS se retira do plenário e o projeto é aprovado por decurso de prazo - volta à baila para a ofensiva contra as eleições de novembro. Por que esse método? Porque o Planalto não pode contar com o PDS e então nem lhe interessa chegar a um consenso no interior do seu partido. Manda então que se calem, que continuem desfrutando de suas mordomias e que não atralhem. Mas isso não é política para quem pretende efetuar uma transição no sentido de uma democratização, por mais autoritária que seja.

Quer dizer então que existe uma complementação entre a escalada terrorista e os projetos do governo? Sim e não. Sim, na medida em que essa escalada presta algum serviço ao regime: procura atemorizar as oposições, testa suas capacidades de resposta, procura impor limites à sua mobilização. Efetua um trabalho sujo que hoje não pode mais ser assumido abertamente pelo próprio regime. Mas vai até aí a convivência, porque na verdade o terror direitista possui uma lógica que o leva a defrontar-se com qualquer liberalização. Se o governo o assumir, logo terá contra si uma oposição das mais abrangentes. Então, Golberri sabe que tem que optar: ou retoma o caminho dos Atos Institucionais com tudo que daí decorre (e numa conjuntura econômica difícil e sem ter coesão das classes dominantes), ou reafirma o projeto esboçado em 1974 e aprofundado em 1979, dando lugar - ainda que limitado - a diferentes setores da sociedade civil.

Hoje é este segundo caminho o que ainda encontra maior respaldo nas classes dominantes, seus líderes políticos e comandantes militares. Mas a verdade é que a situação está se deteriorando. Sua expressão mais ácida é a derrota do mago Delfim ante a inflação. Ou seja, sua manifesta incapacidade de ter controlado o processo econômico. Pela primeira vez ele se perde: anuncia o fim dos reajustes salariais semestrais, é desmentido, volta atrás.

O que, em definitivo, vai prevalecer: a convivência ou o conflito entre o governo e sua nova "linha dura"? Tudo depende do desenrolar das lutas e mobilizações que estão se dando. Nesse sentido, evidentemente a resposta das oposições, do movimento operário e popular, torna-se um fator de grande importância. Se de um lado é verdade que foi a disposição massiva de luta que despertou os velhos fantasmas do terrorismo de direita, de outro lado é muito mais verdadeiro que uma decidida mobilização popular contra estes fará os grupos dominantes pensarem duas vezes antes de se engajarem por esse caminho ou então pagarem um preço que pode comprometer muita coisa mais do que suas mamatas atuais.